

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Monalisa Soares Lopes

**DE PEDRA A VIDRAÇA:
O GOVERNO LULA E O PSDB**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Maria Auxiliadora Lemenhe

Fortaleza, dezembro de 2008.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
I – O HISTÓRICO DA DISPUTA	7
1.1 – A Transição Democrática	8
Os Prenúncios da Liberalização	8
Construindo novos cenários	11
O surgimento do PT no contexto da liberalização política	13
1.2 – As Diretas-Já e o Nascimento da Nova República	17
A Constituinte e o surgimento do PSDB	21
As eleições presidenciais de 1989	24
1.4 – A primazia da Disputa PSDB x PT	28
II – O Opositor e suas Razões	31
2.1 – As razões do PSDB	32
Bases Ideológicas	32
O tema do Estado	34
O Estado e a Economia	40
III – O PSDB e o Governo Lula	43
3.1 – A inversão de papéis	46
Denúncia da Incoerência	48
Denúncia de corrupção: Quem te viu e quem te vê	51
Crítica ao autoritarismo e ao aparelhamento do Estado	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
BIBLIOGRAFIA	62

INTRODUÇÃO

A eleição e posse no Brasil de um Presidente da República com a trajetória política de Luiz Inácio Lula da Silva - operário metalúrgico em São Bernardo, projetou-se nacionalmente como líder sindical, tornou-se fundador e presidente de honra do maior partido de oposição da década de 1990 (PT) - geraram amplas expectativas na sociedade brasileira.

As expectativas variaram de acordo com o lugar que os grupos ocupavam no campo político brasileiro. Alguns grupos se posicionaram num campo de extrema esperança, no qual se acreditava que a chegada do PT ao executivo federal seria o prenúncio de mudanças radicais, as quais apontariam para uma solução “rápida” de problemas históricos do país. De outro lado, estiveram os grupos que duvidaram amplamente da capacidade do governo Lula de lidar com os problemas complexos que estavam postos para a administração do país.

Nessa perspectiva, a constituição do governo Lula foi expressiva de mudanças no cenário político brasileiro. Mudanças estas que ocorreram tanto no que diz respeito às instituições, quanto ao pensamento e comportamento dos profissionais da política, assim como do eleitorado.

Desde o início, o mandato (2003-2006) do presidente Lula (PT), no que diz respeito aos partidos, ofereceu aos observadores da política indícios de uma reconfiguração do quadro político, que envolvia possíveis rupturas no interior do partido do governo, como efetivamente ocorreu devido às divergências em torno das reformas propostas pelo governo, como a da previdência e a tributária. Conflitos estes que desaguaram na expulsão dos membros do PT ditos ‘radicais’¹, bem como de alterações significativas nas ações e retóricas dos partidos agora na condição de opositores. Muitas destas alterações foram desencadeadas como respostas à resolução do governo em assumir parte do programa político do governo anterior (PSDB), como a agenda de reformas e a política econômica.

O presente trabalho tem por objetivo compreender como se configurou a relação entre o PSDB e o PT, no contexto do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da

¹ Estes parlamentares, por sua vez, formaram um novo partido denominado Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) que atualmente faz oposição ao governo Lula.

Silva, à frente do executivo federal. Mais especificamente, pretendo evidenciar em que contextos e de que modo o PSDB construiu estratégias de oposição ao Governo Lula.

Compreendendo que o PSDB esteve à frente do executivo federal por dois mandatos consecutivos (1994-1998 e 1998-2002) e que, neste período, o PT se constituiu em seu maior opositor, no campo político, me interessa entender como os social-democratas ao perder a hegemonia política, para seu maior rival, elaboram e exercem sua condição de partido opositor. É importante ressaltar ainda as condições em que o PSDB assume a função de oposição, qual seja: a de que seu maior opositor (PT) assumiu parte significativa de seu programa político.

Esta monografia integra o esforço empreendido pelo grupo de pesquisa “Governo Lula: dinâmica de conflitos e coesões na dinâmica política brasileira” que vem sendo desenvolvido sob a coordenação da Prof^{ra}. Auxiliadora Lemenhe. O objetivo geral desse grupo de pesquisa é realizar análises acerca dos processos subjacentes às relações entre o governo do presidente Luiz Inácio da Silva e segmentos da sociedade brasileira. Mais especificamente, a pesquisa tem por intenção analisar os conflitos e convergências gestados nas relações entre o governo federal e diversos grupos sociais, como partidos, movimentos sociais, intelectuais, empresários, etc.

A perspectiva das pesquisas desenvolvidas no âmbito do referido grupo de estudos parte da compreensão de que a eleição e posse no Brasil de um governo e um governante com a trajetória política de Lula da Silva são expressivas de mudanças no cenário político brasileiro.

Integrei-me ao grupo motivada pelo interesse no estudo das relações que estavam se constituindo entre o governo (PT) e o seu principal oponente: o PSDB.

Max Weber, ao refletir sobre a problemática da objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais, salientou que o recorte que fazemos da realidade é sempre permeado por referenciais subjetivos. Compreendo que o objeto escolhido pelo pesquisador tem sempre um *quantum* de envolvimento pessoal. E dessa maneira, é fato que antes mesmo de iniciar o curso de Ciências Sociais, já desejava compreender melhor a dinâmica da emergência e consolidação do atual sistema partidário, por minha trajetória de militância.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizei como principal procedimento a análise de matérias selecionadas em jornais e revistas. Foram fontes básicas de dados: o

jornal Folha de São Paulo, de circulação nacional e diária, e alguns exemplares das revistas Veja, IstoÉ e Carta Capital, todas de circulação nacional.

É importante salientar que as matérias selecionadas consistiram em artigos assinados e não assinados, de autoria de lideranças do PSDB, além de entrevistas, reportagens, fotografias e charges. Todas catalogadas e arquivadas em categorias temáticas para facilitar o estudo. Observo que, além das fontes básicas mencionadas, foram também objeto de consulta outras fontes de dados relevantes como: sites (dos partidos, de institutos vinculados aos mesmos, blogs de intelectuais, entre outros.), notícias em geral veiculadas na mídia televisiva e algumas partes de pronunciamentos dos deputados do PSDB.

A pesquisa teórica envolveu a leitura reflexiva sobre o campo político, como também de uma literatura especializada relativa aos partidos (PSDB e PT) e a conjuntura política nacional respectiva aos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 / 1998-2002) e Lula (2002-2006).

Nessa perspectiva o trabalho se estrutura da seguinte forma:

No capítulo I busco reconstruir os caminhos que tornaram possível a consolidação da polarização do sistema político-partidário brasileiro por PT e PSDB. Nesse espaço, apresento reflexões sobre a conjuntura política nacional quando do surgimento dos partidos, assim como apresento as trajetórias dos mesmos no campo político brasileiro, ao longo das duas últimas décadas.

O capítulo II se constitui numa reflexão mais detida sobre o PSDB. Neste capítulo busco evidenciar as características do perfil ideológico deste partido, sua identificação com a social-democracia, sua concepção de estado e a relação deste com a economia.

No terceiro capítulo, e último, apresento algumas interpretações sobre a identidade oposicionista do PSDB face o governo Lula. Nele busco contextualizar a conjuntura em que se constrói essa identidade, as relações entre ideologia e oposição, assim como a construção de novas estratégias oposicionistas relacionadas à conjuntura política do momento.

Nas considerações finais, retomo um panorama sobre a rivalidade entre PT e PSDB e os impasses colocados ao PSDB com o advento do Governo Lula. Traço ainda algumas reflexões mais gerais sobre as estratégias construídas pelo PSDB para se opor

ao governo e aponto o novo universo de pesquisa que se apresenta a partir das compreensões deste trabalho.

CAPÍTULO I

O HISTÓRICO DA DISPUTA

Entre meados da década de 1970 e fins da década de 1980 ocorreu no Brasil um processo que se convencionou chamar de abertura política ou democrática. No desenrolar deste processo tornou-se possível o surgimento de novos atores no cenário político do país, dentre os quais destaco o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Estas forças políticas estavam unidas em torno do MDB e, portanto, faziam oposição ao regime militar. Elas se separaram no final dos anos 1970 divergindo acerca do debate se era ou não o momento propício para a fundação de um novo partido, os favoráveis à idéia da fundação se organizaram e constituíram o PT.

O PT e o PSDB adquiriram proeminência no quadro político brasileiro devido os lugares que assumiram ao longo da década de 1990: o PSDB esteve à frente do executivo federal por dois mandatos consecutivos (1994-1998 / 1998-2002), ampliou sua representação nos diversos estados do país e foi consolidando cada vez mais o perfil de partido nacional. Neste mesmo período, o PT se constituiu no maior partido de oposição, conquistou o poder político em capitais importantes do país² e nas eleições de 2002, após concorrer pela quarta vez, conquistou o governo federal.

Por essas razões eles protagonizaram os grandes embates ocorridos no campo político da última década e, nesse sentido, configuraram de forma mais nítida a polarização da disputa política brasileira, segundo vários autores (ROMA, SALLUM, VIANNA).

Neste capítulo, pretendo reconstruir os caminhos da disputa travada entre o PT e o PSDB. Para isso, considero que tão importante quanto narrar o processo que se desenrolou após o surgimento destes partidos é apresentar a conjuntura e os elementos que precederam e, em certa medida, impulsionaram tais eventos.

² Dentre as capitais podemos destacar São Paulo (1988-1992 e 200-2004) e Porto Alegre (1988-1992 / 1992-1996 / 1996/2000 e 200-2004) e Fortaleza (1986-1989 e 2004-2008).

1.1 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

No período que compreendeu de 1964 a 1985 o Brasil vivenciou um ciclo político, ditadura militar, marcado pela condução autoritária do poder político e por um Estado que se caracterizou como o núcleo organizador da sociedade e a alavanca de construção do capitalismo industrial no país.

Do ponto de vista do sistema partidário, o regime militar-autoritário inviabilizou a formação de um quadro multipartidário, que pudesse, inclusive, conservar os partidos vigentes no período democrático anterior. Nesse sentido, o regime militar assentou-se no bipartidarismo³, ou seja, um sistema partidário onde existem apenas dois grupos, organizados entre os que apóiam e os que se opõem ao governo. No caso brasileiro os grupos que conformaram este sistema foram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), constituído pelos apoiadores do regime e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁴, formado pela oposição, que não sem razão, se reconhecia como “oposição consentida”.

O regime autoritário no Brasil estendeu-se por 21 anos e tão longa quanto o próprio regime foi a experiência de abertura política. A chamada transição democrática durou 15 anos, tendo sido começada em 1974, com a “distensão política” iniciada pelo governo Geisel, e finalizada com a eleição presidencial de 1989. (LAMOUNIER; 1990)

Durante esse período, o país teve três presidentes (Geisel, Figueiredo e Sarney), passou por várias mudanças na estrutura partidária, na legislação eleitoral, convocou uma constituinte e promulgou a nova Constituição de 1988.

OS PRENÚNCIOS DA LIBERALIZAÇÃO

Desde o seu início em 1964, o regime militar comportou divergências internas entre as facções militares⁵ no que se refere à organização do tipo de regime. As maiores

³ O bipartidarismo foi instituído através do Ato Institucional número 2, de 1965, que também previa: o maior fortalecimento do executivo, a extinção dos antigos partidos (PSD, PTB, UDN e outros) e as eleições indiretas para presidente, vice-presidente, governador e vice-governador.

⁴ O MDB era composto por grupos heterogêneos, que trabalhavam numa perspectiva de frente antiditatorial, com bandeiras claras de redemocratização do país. Em suas estruturas conviveram políticos de tendências liberais, social-democratas, democrata-cristãos, comunistas, socialistas e outros.

⁵ No poder os militares não constituíram uma força homogênea, pois dentro das Forças Armadas existiam diversas facções, com projetos políticos distintos. As principais facções eram: o grupo castelista (Sorbonne) e a linha dura. O grupo castelista, liderado por Castello Branco, era formado por oficiais mais intelectualizados, ligados à ESG (Escola Superior de Guerra) e pretendiam seguir o projeto “revolucionário”, que orientou o golpe de 1964, a saber: a “limpeza” e normalidade do país e um breve

evidências configuravam-se nas sucessões presidenciais, as quais provocavam momentos de tensão no meio militar, apesar da alternância no poder ter sido adotada como procedimento do regime⁶.

Além das disputas entre as facções militares, o regime militar-autoritário também se caracterizou por uma hibridez na ordem política, na medida em que acomodou formas autoritárias de poder de um lado, e a limitada autonomia⁷ das tradicionais instituições do sistema político como os partidos e a dinâmica eleitoral de outro. (MENEGUELLO; 1989)

Em meados de 1974, com a chegada de Ernesto Geisel à presidência da República ocorreu um novo momento de tensão interna ao regime militar. A ascensão de Geisel representou o retorno do grupo castelista ao poder e o projeto deste grupo estava representado no trinômio golpe-“limpeza”-retorno aos quartéis. Nesse sentido, o governo Geisel teve como principal preocupação realizar a abertura política, que seria nas palavras do próprio presidente um processo “lento, gradual e seguro”.

Esse processo de liberalização levantou muitas polêmicas, nos âmbitos intelectual e político, sobre quais teriam sido as razões e quem seriam os responsáveis por tal mudança política: os militares que estavam responsáveis pelo núcleo do poder político ou estes foram obrigados a realizar pela pressão da oposição e das massas? Para Sallum (1996) “as mudanças ocorridas foram muito mais complexas do que então se imaginava e seus responsáveis não podem simplesmente ser identificados como “governo” ou “oposição”.” (SALLUM; 1996, p. 17).

Conforme o autor, com a ordem política que foi instituída no regime militar, a qual tinha o exercício do poder do Estado centralizado no executivo federal, dificilmente a mudança “deixaria de estar no próprio Estado”⁸. Sallum afirma ainda que essa mudança política fez surgir dois projetos transformadores: o de construção de um capitalismo industrial autônomo em relação à transnacionalização do capital e o de institucionalização do regime militar.

retorno aos quartéis. Já a linha dura, que tinha como expoente Costa e Silva, enfatizava o combate ao comunismo, o que, para eles, não poderia ser atingido através de uma intervenção limitada e temporária. (CARVALHO; 2005)

⁶ “Geisel, Figueiredo e a Liberalização do Regime Autoritário (1974-1985)”, Aloysio Carvalho, DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 115 a 147.

⁷ O controle autoritário das referidas instituições políticas se conformou nas seguintes medidas: introdução de mudanças no quadro partidário (bipartidarismo), manipulação do sistema eleitoral tendo em vista a redução da competição política e a garantia de vitória ao partido governamental, entre outras.

⁸ Sallum (1996)

Dessa forma, a chegada de Geisel ao poder impulsiona, em certa medida, tais mudanças pois afinal, as iniciativas para a abertura tiveram origem no grupo dos castelistas. Todavia, elas não representaram exclusivamente os anseios deste grupo, mas também “tendências histórico-estruturais presentes na sociedade brasileira (...) de compatibilizar o exercício autocrático do poder com o voto popular”⁹.

Ao propor a liberalização, o principal interesse da corrente castelista era atingir a institucionalização da ordem autoritária¹⁰, e com isso consolidar seu domínio político. O projeto de liberalização política dos castelistas envolvia algumas diretrizes, que podem ser resumidas da seguinte forma nas palavras de Sallum:

- a) Fortalecer o governo perante a corporação militar, isolando politicamente os setores duros e promovendo a volta dos militares aos quartéis (...).
- b) Construir (...) uma agenda seqüencial de reformas políticas-restauração das garantias do judiciário, liberalização da circulação de informação e manifestação, restauração do *habeas corpus*, liberalização do sistema eleitoral no âmbito municipal e estadual (mas não federal) (...). Paralelamente, se desenvolveriam políticas compensatórias que ampliassem o apoio da população ao regime (...).
- c) Consolidar uma elite política civil orientada pelos “ideais da revolução de 1964” que pudesse manter-se no controle do novo regime, de tipo autoritário, mas institucionalizado (...). (SALLUM; 1996, p. 22 – 23)

O processo de liberalização comportou muita descontinuidade, contradição e ponderação por parte dos militares que estavam no poder. Afinal, eles demonstraram bastante preocupação com a possibilidade de que o processo escapasse ao seu controle. Nessa perspectiva, implementar o projeto de abertura política significou enfrentar múltiplas dificuldades internas e externas ao âmbito militar.

Internamente o grupo castelista teve de realizar o inevitável confronto com a linha dura, que se opunha a abertura política, e o fez através do controle das ações dos órgãos de segurança do aparato repressivo e das demissões de nomes importantes dos setores conservadores dos cargos em momentos de tensão¹¹. Externamente o governo teve de enfrentar o desgaste pelo qual começava a passar o regime, que ficou

⁹ Idem, p. 20

¹⁰ Ver Sallum (1996)

¹¹ Refiro-me aos casos da exoneração do general Ednardo d'Ávila, comandante do II Exército, em razão da morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975 e do metalúrgico sindicalista Manoel Fiel Filho em janeiro de 1976. Assim como da demissão do general Sylvio Frota, ministro do Exército, que tentou articular sua candidatura à presidência contra a vontade do presidente Geisel. (CARVALHO, 2005)

evidenciado nas derrotas que a ARENA passava a obter nas eleições¹². Essas derrotas demonstravam o caráter plebiscitário que estavam assumindo as eleições, o que tornava o MDB (oposição) o maior capitalizador das insatisfações com o regime.

O sucesso do MDB e, por conseguinte, sua crescente legitimidade como porta-voz da oposição democrática implicava riscos à agenda política dos militares. Dessa forma, o governo Geisel desenvolveu medidas para barrar o avanço da representatividade da oposição: a proibição da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, fato que impossibilitava a população ter conhecimento das críticas produzidas pela oposição sobre as políticas governamentais, e o recesso imposto ao Congresso pelo presidente Geisel, em abril de 1977, tendo em vistas mudar as regras do jogo, aprovando um conjunto de medidas que ficou conhecido como Pacote de Abril¹³ são alguns exemplos.

Em meados de 1978, no fim de seu mandato, Geisel conseguiu impor, na sucessão presidencial, o candidato que daria prosseguimento ao projeto de liberalização iniciado em seu governo: o general João Baptista Figueiredo.

CONSTRUINDO NOVOS CENÁRIOS: A CONSOLIDAÇÃO DA ABERTURA POLÍTICA

Figueiredo assumiu em março de 1979 e teve de enfrentar crises na economia brasileira¹⁴, as quais desencadearam uma ampla insatisfação, especialmente, nos trabalhadores mais organizados, que entre 1978 e 1979 constituíram uma onda de greves, como resposta à grande insatisfação.

Dentre o movimento sindical, que renascia nos tempos de autoritarismo, destacou-se o da região do ABC em São Paulo, sobretudo, porque nesse processo surgiram novas lideranças sindicais que tiveram papel importante nos acontecimentos políticos que se seguiram.

¹² Os votos obtidos pelo partido do governo foram diminuindo a cada eleição: em 1966 tinha o percentual de 50,5%, passou para 48,4% em 1970, disso para 40,9% em 1974 e 40,0% em 1978. (SALLUM, 1996)

¹³ A Emenda Constitucional nº. 8 estipulava que um terço do Senado (Senador Biônico) e os governadores estaduais seriam eleitos pela via indireta. Foram também modificados os critérios que regulamentavam o número de deputados federais e a escolha dos delegados municipais junto ao Colégio eleitoral, reduzindo o peso das regiões industrializadas, onde o MDB tinha mais força política. (PETIT, 1996)

¹⁴ Com um modelo econômico bastante dependente do capital externo, o Brasil foi fortemente atingido por crises internacionais como a 2ª crise do Petróleo em 1979. (Idem, 1996)

O chamado *novo sindicalismo* foi fruto das grandes transformações ocorridas na década de 1970. Nas palavras de Meneguello,

(...) com base na sofisticação do parque industrial e nas profundas diferenças da estrutura produtiva, tanto no padrão de tecnologia e produtividade quanto na estratificação de mão-de-obra em níveis de qualificação, remuneração e condições de trabalho, surgiram lideranças sindicais ligadas aos setores industriais de ponta” (MENEGUELLO; 1989, p. 29)

Diferentemente do sindicalismo tradicional, as lideranças sindicais de então buscaram imprimir relativa autonomia do sindicato face a outras forças políticas tradicionais como o Estado e os partidos políticos. Dentre os líderes sindicais que se construíram nesse processo destacou-se a figura de Luiz Inácio da Silva, o Lula.

Em 1979 o Congresso aprovou a Lei da Anistia¹⁵, a qual perdoava os presos e exilados acusados de crimes políticos. Ainda em 1979, no dia 20/12, foi proposta e aprovada a reforma partidária. Com isso, o governo Figueiredo buscava consolidar uma nova estratégia eleitoral no intuito de fugir do desgaste provocado pelo caráter plebiscitário das eleições legislativas.

Para o regime, a reforma tinha como sentido básico “possibilitar o surgimento de um novo partido que não estivesse vinculado ao “governismo””¹⁶. No caso da oposição, por estes tempos, ficava cada vez mais difícil elaborar uma estratégia única de enfrentamento ao regime.

Nas palavras de Cabrera:

(...) a reforma combinou pressões que vinham se articulando na sociedade, no sentido da democratização do país, com arranjos táticos elaborados a partir da cúpula governamental (principalmente pela ação dos ministros Golbery do Couto e Silva e Petrônio Portela) visando garantir o domínio sobre a transição, dividindo o bloco oposicionista e ampliando sua margem de manobra. (Cabrera; 1995, p. 45.)

A partir da referida reforma organizou-se um quadro partidário que contava com a existência dos seguintes partidos: Partido Democrático Social (PDS), Partido Popular (PP), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos

¹⁵ A anistia foi debatida inicialmente da perspectiva da oposição democrática, com apoio de entidades da sociedade civil, que a defendiam ampla, geral e irrestrita, e sugeria a revisão das medidas punitivas que afetaram desde 1964 o meio civil e militar, assim como a cobrança judicial dos responsáveis pelos atos repressivos tais como tortura e assassinatos de presos políticos. Para os militares, especialmente os responsáveis pela dura repressão, a referida proposta de anistia insinuava um ato de revanchismo. Na votação no congresso, acabou prevalecendo a proposta negociada com a oposição parlamentar de uma anistia recíproca. (LAMOUNIER, 1990)

¹⁶ Sallum (1996)

Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Nessa experiência, os partidos assumiram os seguintes perfis:

O PDS se constituiu no sucessor da ARENA, e, portanto, recebeu a adesão de grande parte da base de sustentação do regime durante o sistema bipartidário. O PP que reuniu dissidentes da ARENA e do MDB, pretendeu manter uma equidistância entre o PDS e PMDB. Entretanto, o partido logo se fundiu ao PMDB devido às dificuldades de legalização impostas pela legislação em vigor. O PMDB, foi o herdeiro do MDB e apesar de dividido pela reforma partidária, conservou a marca oposicionista construída ao longo das disputas eleitorais do bipartidarismo.

O capital político acumulado pelo trabalhismo varguista foi disputado por dois grupos, um liderado por Ivete Vargas, sobrinha de Vargas, e o outro por Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul. A antiga sigla do PTB ficou com o grupo de Ivete Vargas, o que desencadeou a construção do PDT a partir da liderança de Leonel Brizola.

O PT, por sua vez, foi a grande novidade da reforma partidária. A seguir, apresento algumas reflexões sobre seu surgimento.

O SURGIMENTO DO PT NO CONTEXTO DA LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA

Conforme aponte nas páginas anteriores, as transformações ocorridas desde meados da década de 1970 trouxeram para a agenda política do país uma pauta que contemplava reivindicações econômicas, sociais e políticas. O PT, no contexto de seu surgimento, irá exercer o “papel de articulação dessas reivindicações”.

Na literatura sobre o surgimento do PT aparecem diversas caracterizações deste partido. Algumas dão grande ênfase ao chamado “novo sindicalismo” e outras à influência da Igreja Católica¹⁷ na origem e constituição do mesmo.

Uma outra perspectiva, a de Margaret Keck, apresenta a organização do PT a partir da tríade “sindicalistas, intelectuais¹⁸ e políticos”, cujos expoentes seriam

¹⁷ Meneguello (1989) e Rodrigues (1989) respectivamente.

¹⁸ Alguns dos intelectuais que discutiam a possibilidade de fundação de um novo partido eram: Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Fábio Munhoz, José Álvaro Moisés, entre outros.

respectivamente Lula, Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso¹⁹. Alguns acontecimentos legitimam essa interpretação como o lançamento do Movimento Pró-PT juntamente com a *Carta de Princípios do PT*, em maio de 1979 pelos sindicalistas, e as sucessivas reuniões que se estabeleceram entre este grupo de sindicalistas com intelectuais de esquerda e deputados progressistas do MDB.

Compreendo que no contexto em que se deu o debate acerca da criação de um novo partido de esquerda, o qual deveria se conformar num espaço de luta pela democracia e de incorporação de novos grupos na política partidária brasileira, estavam presentes outros atores além dos já mencionados.

Dessa maneira, considero que o PT surge a partir da composição de diversas forças como o novo sindicalismo e suas lideranças, com destaque para Luís Inácio Lula da Silva, intelectuais, parlamentares de esquerda, grupos marxistas, militantes de movimentos populares ligados ao trabalho pastoral e à ala progressista da Igreja Católica.

Em meados de agosto de 1979, foi realizado na cidade de São Paulo um evento que reuniu cerca de quatrocentos participantes, tendo em vista a escolha de uma comissão para elaborar o programa do futuro partido. A comissão era formada por Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso e Roque da Silva, destes somente Weffort participou da fundação do PT.

É importante observar que além de reunir uma diversidade de forças sociais em sua constituição, outra importante característica do PT, frente às demais formações partidárias brasileiras, está relacionada com o fato da criação do referido partido ter ocorrido fora do âmbito do Estado, do parlamento, das elites, etc. Por este motivo, desde seu início o partido buscou se enraizar efetivamente na sociedade, objetivando assim manter a mobilização popular.

Meneguello (1989) afirma que o PT rompeu com os padrões de organização partidária conhecidos até então no Brasil. De acordo com a autora, até o surgimento do PT, todos os partidos políticos surgidos no País poderiam, segundo suas formas de organização, ser classificados como “partidos de quadros”.

A conceituação de partidos usada por Meneguello é inspirada na do cientista político, Maurice Duverger. Para este autor, os partidos se diferenciam em virtude do

¹⁹ KECK, Apud MENEGUELLO; 1989, p. 57

forma como têm origem e também do modo através do qual se organiza. Dessa maneira, os partidos são classificados em *partidos de quadros*, criados no interior do parlamento e nas disputas eleitorais, e *partidos de massas*, criados externamente a eles.

Segundo Duverger, os *partidos de quadros* se organizariam internamente de forma mais descentralizada sendo assim seus membros mais indisciplinados, a influência significativa fica por conta dos parlamentares no partido. O objetivo central dos filiados de um partido de quadros seria conquistar e assumir o governo. Já no *partido de massas* a democracia interna e o comprometimento ideológico seriam os elementos acionados para fazer surgir uma socialização política e identificação dos líderes políticos com as massas militantes do partido, produzindo numa compatibilidade de valores entre representantes e representados. A organização dos partidos de massa tende a ser mais centralizada internamente, com vistas a produzir coesão e disciplina entre os membros filiados.

Nesse sentido, o que marca a originalidade do PT para Meneguello é que este partido se configurou como o primeiro partido de massas do Brasil:

Com efeito, o PT apresentou-se na arena política brasileira com um perfil ideológico definido e uma proposta de organização interna singular frente ao quadro histórico partidário nacional. Nesse sentido, segundo a concepção de Duverger, a novidade do PT é ter sido, sob o aspecto organizacional, o primeiro partido de massas criado no Brasil (MENEGUELLO; 1989, p. 35)

Do ponto de vista programático, Souza (2006) afirma que os princípios e valores mais importantes que orientaram a emergência do PT foram a democracia e o socialismo. Segundo o autor, estes princípios serviram de base para a sistematização dos temas que mais se destacaram nos documentos petistas desde a fundação: a participação popular, inversão de prioridades, mudanças no Estado e nacionalismo.

Nesse sentido, pode-se compreender que o PT se constituiu no primeiro partido de massas do Brasil, afinal ele surgiu fora das estruturas tradicionais de poder, construiu um forte discurso de participação popular, e inicialmente conferiu maior importância aos laços com os movimentos sociais do que à atividade eleitoral e parlamentar.

No entanto, apesar de priorizar o envolvimento com a sociedade civil e as lutas sociais, o PT teve que passar pela “prova” de viabilidade eleitoral estabelecida ainda em 1979 pela reforma partidária²⁰.

As eleições de novembro de 1982 foram importantes não somente para os partidos oriundos da reforma partidária, como também para o processo de abertura política. Nessas eleições, os governadores voltaram a ser eleitos diretamente e houve a renovação da Câmara Federal, das assembleias legislativas, das câmaras municipais e das prefeituras.

Como as eleições presidenciais se mantiveram indiretas, as eleições de 1982 se constituíram as mais importantes do regime, desde sua instauração em 1964. Num contexto de cada vez mais provável vitória da oposição, a disputa pela composição do colégio eleitoral se fez bastante acirrada, tendo em vista as disputas para definição do próximo Presidente da República.

Segundo Petit, dois fatores devem ser levados em consideração para entendermos as eleições de 1982, são eles:

(...) a situação da economia nacional e as incertezas que ainda pairavam quanto à continuidade do processo de transição à democracia - traduzida na possibilidade de que a cúpula das Forças Armadas não aceitasse um resultado favorável aos partidos de oposição. (PETIT; 1996, p. 103).

Reconhecendo as grandes chances de vitória da oposição e visando a garantia de que o processo de abertura não fugiria totalmente de seu controle, os partidários do regime militar propuseram a modificação de alguns artigos da lei eleitoral, o que ficou conhecido como o Pacote de Novembro²¹.

As eleições trouxeram como resultado a vitória parcial da oposição: o PMDB elegeu 9 dos 22 governadores, inclusive de importantes estados: Franco Montoro e Tancredo Neves, respectivamente de São Paulo e Minas Gerais. O PDT elegeu Leonel Brizola no Rio de Janeiro. No âmbito legislativo o PMDB elegeu 200 deputados, o PDS, 235; o PDT, 23; o PTB, 13; e o PT, 8.

²⁰ Na Reforma Partidária de 1979, foram criadas “severas exigências quanto à votação mínima (5% do total do país e 3% em nove estados diferentes) para se alcançar representação na Câmara Federal; exigências também severas no tocante à mecânica de formação de partidos, que só seriam autorizados a funcionar após demonstrarem substancialmente implantação organizacional nos estados e municípios” (MENEGUELLO & LAMOUNIER, Apud CABRERA; ano, p. 44.).

²¹ Entre as modificações que mais influenciaram as estratégias eleitorais dos partidos se destacam: a proibição de coligações e a introdução do voto vinculado em todos os níveis, através do qual os eleitores ficavam impedidos de votar em candidatos de partidos diferentes sob pena de terem seu voto anulado.

Esses resultados vieram confirmar a crescente perda de legitimidade do regime autoritário, que era agravada pelo aprofundamento da crise econômica. Dentro desse contexto, as oposições iniciaram um movimento pelas eleições presidenciais diretas que ficou conhecido como Diretas-Já.

1.2 AS DIRETAS-JÁ E O NASCIMENTO DA NOVA REPÚBLICA

Como apontado anteriormente, o resultado das eleições de 1982 continuaram a demonstrar um contexto de incerteza para a eleição presidencial. Apesar de o PDS ter maioria na câmara federal, ficou evidente o descontentamento da população com o regime, através da votação obtida pelas oposições. (PETIT; 1996)

Nesse contexto de insatisfação popular e de incerteza quanto ao futuro do processo de abertura política, surgiu, em fins de 1983, a Campanha pelas Diretas-Já.

Foram os partidos da oposição (PMDB, PDT, PT) juntamente com entidades da da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que encamparam a luta pelas Diretas-Já. Tais lutas buscavam dar respostas às pressões que existiam no seio da sociedade no sentido de ampliar o processo de democratização, sobretudo com a adesão das mobilizações populares.

Para garantir a reforma constitucional necessária para o restabelecimento imediato das eleições presidenciais diretas, o deputado federal Dante de Oliveira apresentou um projeto de emenda constitucional que foi votado em abril de 1984. Todavia, mesmo com o entusiasmado apoio recebido através das inúmeras manifestações populares em todo o país, a emenda constitucional não obteve os 2/3 de votos necessários para sua aprovação²².

A derrota da emenda Dante de Oliveira demonstrou, por este tempo, que a transição ocorreria dentro dos limites da institucionalidade vigente. Nessa perspectiva, as oposições precisaram se preparar para a luta no colégio eleitoral.

Diante dessa conjuntura se colocava fundamental a união das oposições em torno de um candidato único, que estivesse situado no centro político, a fim de garantir

²² Faltaram somente 22 votos para a aprovação da emenda. Nesta ocasião todos os deputados das oposições votaram a favor, 55 deputados do PDS votaram a favor, 65 votaram contra e 112 não compareceram.

uma ampla mobilização e confiança na sociedade brasileira. No PMDB, esse candidato foi o governador de Minas Gerais: Tancredo Neves.

No caso do PDS, partido do governo, iniciou-se uma série de divergências internas, as quais tornaram inviável a unidade na definição do candidato à presidência. Mário Andreazza e Paulo Maluf se colocavam como os possíveis presidenciáveis, na disputa interna do partido Maluf acabou conseguindo o apoio da maioria dos políticos e foi indicado como candidato oficial do PDS na convenção realizada em agosto de 1984.

No entanto, Maluf descontentava um grupo representativo do PDS formado por políticos como Aureliano Chaves, José Sarney, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel. Esta facção contrária à candidatura de Paulo Maluf constituiu uma dissidência denominada Frente Liberal²³, que, por sua vez, começou a dialogar com o PMDB visando à possibilidade de apoiar a candidatura da oposição.

Nesse cenário foi criada a Aliança Democrática, fruto de uma aliança entre setores da oposição liberal (PMDB) e dissidentes do regime (PFL). No pacto construído entre os referidos grupos, a candidatura à vice-presidente estava reservada a um integrante da Frente Liberal, que veio a ser o Senador maranhense José Sarney²⁴.

A candidatura de Tancredo Neves conseguiu um amplo apoio, tendo em vista que reuniu desde políticos conservadores como os da Frente Liberal, com a centro-esquerda representada pelo PMDB e PDT, e a esquerda comunista do PCB, do PC do B e MR-8. Dos setores oposicionistas somente o PT ficou de fora dessa aliança.

Segundo Meneguello, a candidatura de Tancredo Neves tratava-se da “(...) apresentação de uma proposta eleitoral ao mesmo tempo de garantia à transição a um governo civil e de aceitação pelos setores dominantes políticos e militares.” (MENEGUELLO; 1998, p. 81).

No pleito marcado para o dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves venceu Paulo Maluf por 480 a 180 votos no Colégio Eleitoral. O PT foi o único partido que se negou a participar do Colégio Eleitoral, justificando que essa prática traía as mobilizações pelas Diretas-Já.

²³ Em janeiro de 1985 a Frente Liberal se tornou oficialmente o Partido da Frente Liberal - PFL

²⁴ A legislação eleitoral em vigor determinava que os candidatos a presidente e vice-presidente pertencessem ao mesmo partido. Nesse sentido, o senador José Sarney filiou-se ao PMDB para ocupar a vaga de vice na chapa da Aliança Democrática.

No decorrer do período entre a eleição presidencial (15/01/1985) até a posse de Tancredo Neves (prevista para 15/03/1985), foi construída a equipe de governo que seria responsável por orientar as ações tendo em vista a consolidação do governo da transição negociada.

Nas vésperas da posse, o presidente eleito foi internado às pressas no Hospital de Base, em Brasília, a fim de passar por um processo cirúrgico. Ele faleceu 37 dias depois de sua internação no Instituto do Coração, em São Paulo. Com a morte de Tancredo, assumiu a Presidência o vice José Sarney.

Envolvidas no contexto de consolidação da abertura política as eleições presidenciais de 1985 motivaram uma série de expectativas na população brasileira, afinal acreditava-se que os problemas estavam exclusivamente relacionados à má administração da economia por parte dos militares. Entretanto, a conjuntura que deveria ser enfrentada pelo novo presidente era a de deterioração da economia e auge da dívida externa.

Dessa forma, para a dimensão em que se encontravam os problemas era necessário muito mais do que simplesmente uma mudança de regime político.

O governo Sarney inicialmente caracterizou-se pela carência de legitimidade, afinal com a morte de Tancredo constituiu-se um vazio de poder que a figura do vice-presidente, em virtude de ter participado do regime militar, teria dificuldades de preencher.

Sob a égide da aliança PMDB-PFL, o governo Sarney enfrentou suas maiores dificuldades na área econômica, sobretudo, pelas divergências entre os grupos de desenvolvimentistas ligados ao PMDB, de um lado, e os conservadores ligados à Velha República, de outro.

Ao longo dos meses de administração, as reclamações do PMDB com relação à incapacidade do governo de dar respostas na economia e em outros setores somente cresceram. Em fevereiro de 1986, Sarney realizou uma reforma ministerial, afastando alguns dos ministros que haviam sido escolhidos por Tancredo.

De acordo com Meneguello, a reforma “(...) resulta de um claro movimento conduzido pelo poder executivo na direção do maior domínio sobre a equipe do governo” (MENEGUELLO; 1998, p. 93). O que, por sua vez, não significou um movimento que extrapolasse os limites das originais bases de sustentação do governo.

No intuito de impactar a área econômica, que havia se configurado como um dos grandes problemas oriundos da administração militar, o governo Sarney desenvolveu uma série de medidas. Em 1986, com o lançamento do Plano Cruzado, o governo teve uma chance, a qual rendeu alguma legitimidade e condições de popularidade ao presidente. No entanto, em fins do referido ano já estava conformado o fracasso do plano.

Segundo Bolívar Lamounier, além do desapontamento econômico “somou-se uma grave crise de confiança, que acabou vitimando não apenas a momentânea popularidade do presidente, mas também os partidos políticos, principalmente o PMDB” (LAMOUNIER; 1990, p. 17).

Foi nesse contexto, de crise econômica e fragilidade das instituições políticas, que ocorreu a convocatória para a Assembléia Nacional Constituinte, esta que havia sido um compromisso assumido por Tancredo Neves ainda em sua campanha para presidência.

Nesse sentido, o Congresso eleito em 15 de novembro de 1986 ganhou poderes constituintes. Sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães (PMDB) foi iniciada a elaboração da nova Constituição em 1º de fevereiro de 1987.

Os trabalhos da Assembléia Constituinte duraram 1 ano e 7 meses e, ao longo desse processo, ocorreu grande mobilização de inúmeros grupos sociais com forte capacidade de organização. Os constituintes (deputados e senadores) dos variados partidos precisaram se posicionar acerca de muitas questões que envolviam os âmbitos social, econômico e político, assim como de caráter regional, religioso, racial, ambiental, entre outros.

Em seu artigo “*O quadro partidário e a Constituinte*”, Maria D’alva Gil Kinzo apresenta que as questões mais controversas estavam relacionadas ao debate sobre:

- i) governismo; ii) conservadorismo; iii) democratismo, engoblando aqui posicionamentos sobre medidas que visem não apenas fortalecer a democracia representativa como também introduzir mecanismos de participação popular direta; iv) nacionalismo; e v) oposicionismo ao sistema financeiro. (KINZO; 1990, p. 117)

Kinzo (1990) observou ainda que “as lutas travadas em torno das questões mais fundamentais e controversas iriam necessariamente criar dissensões internas nos

partidos, provocar indisciplina partidária, (...) produzir instabilidade partidária” (KINZO; 1990, p. 116).

Nesse contexto, o processo de construção da Nova Constituição desencadeou uma reconfiguração no quadro partidário brasileiro. O evento mais significativo desta reconfiguração foi o surgimento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em seguida apresento melhor a conjuntura e as motivações para a emergência deste partido.

A CONSTITUINTE E O SURGIMENTO DO PSDB

A compreensão dos conflitos intrapartidários, que levaram à constituição do PSDB, precisa ser feita mediante a observação dos caminhos trilhados pelo PMDB ao longo do mandato do presidente Sarney.

Como vimos anteriormente, o PMDB se constituiu na referência partidária de enfrentamento ao regime militar e, portanto, na alternativa política de superação deste regime. A eleição de Tancredo Neves e José Sarney possibilitou que o maior partido de oposição ao regime militar chegasse ao poder.

Para Sallum (1996), a vitória do PMDB contra o regime militar aumentou o seu “pragmatismo, especialmente porque a tarefa principal era exercer de forma *estável*²⁵o poder recém-conquistado” (SALLUM; 1996, p. 133). Esta opção política pelo pragmatismo contribuiu para o acirramento das dissensões internas, assim como teve seus rebatimentos nas relações intrapartidárias, as quais passaram a se orientar pelo fisiologismo.

Nessa perspectiva, os grupos que administravam as seções estaduais do partido foram alterados:

(...) políticos pragmáticos – como, por exemplo, Orestes Quércia, Newton Cardoso e Moreira Franco – passaram ao comando das máquinas estaduais, substituindo (...) personagens de formação e prática política mais orientada para a construção institucional ou a reforma social como Franco Montoro. (SALLUM; 1996, p. 134)

Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, as disputas e conflitos internos ao PMDB se aprofundaram e ganharam cada vez mais contornos ideológicos. A definição do mandato presidencial anunciava um grande confronto político, uma vez

²⁵ Grifo meu.

que o presidente da República, juntamente com seus apoiadores diretos na ANC, defendia explicitamente a duração do mandato presidencial de 5 anos, “contrariando [assim] as expectativas, parlamentares e populares, quanto à realização de eleições presidenciais em 1988” (CABRERA; 1995, p. 125.). Além da duração do mandato presidencial, o sistema de governo (parlamentarismo x presidencialismo) também acirrou as disputas.

O bloco dos denominados “históricos” defendiam que a nova carta constitucional definisse o parlamentarismo como sistema de governo. Entretanto, caso a Constituinte se definisse pelo presidencialismo, defendiam um mandato presidencial de quatro anos.

Nesse contexto de dissensões ideológicas e disputas de poder, ainda durante os trabalhos da Constituinte, surgiu uma cisão no interior do PMDB. Da dissidência composta por 44 parlamentares surgiu o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como alternativa partidária.

O PSDB surgiu sob a liderança de políticos de expressão nacional, como o ex-Governador de São Paulo Franco Montoro e os Senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Afonso Arinos. A fundação e a aprovação do Manifesto, Programa e Estatuto, do partido ocorreram numa assembléia realizada no dia 25 de junho de 1988.

Para Cabrera, a lógica de constituição do PSDB “conflui tanto a tendência de um arranjo político, visando a manutenção de um determinado espaço político, como o objetivo de promover uma certa homogeneização da ação política, particularmente no parlamento” (CABRERA; 1995, p. 130).

É importante observar, segundo Roma (2002), que as divergências ideológicas e disputas pelo conteúdo do texto constitucional refletem disputas por poder que já estavam em curso no interior do PMDB, e se referiam também à insatisfação do grupo dissidente com o pouco espaço político que o governo Sarney concedia aos mesmos. Para este autor, ao isolar os setores do partido que possuíam uma postura crítica ao seu governo, Sarney acabava por excluí-los do processo sucessório da presidência.

O manifesto de fundação dos peessedebistas tem nas críticas às práticas políticas do PMDB e, conseqüentemente, do governo Sarney, o tom justificativo para a necessidade do novo partido:

Convencidos de que, a despeito dos avanços institucionais havidos a partir do trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, o povo brasileiro permanece:

- frustrado, porque até hoje não foi cumprida a promessa de mudança social e econômica;
- angustiado com a falta de solução para a crise econômica, que empobrece a Nação;
- chocado com o espetáculo do fisiologismo político e da corrupção impune;
- desiludido com o Governo que deixou de se constituir no primeiro da Nova República, preferindo fazer-se o último da velha República;
- descrente de partidos políticos que não correspondem ao voto de confiança recebido do eleitorado.

Anunciamos a fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e convocamos o povo brasileiro para prosseguir a luta pelas mudanças com energia redobrada, através da via democrática e não do populismo personalista e do autoritarismo concentrador do poder e da riqueza. (Manifesto do Partido, 1988, p.1).

Segundo Roma, a crítica ao governo Sarney também encontrava ressonância do ponto de vista pragmático eleitoral, afinal estava se abrindo um “mercado de eleitores de centro” (2002, p. 73) devido o descontentamento com o governo federal. E nesse sentido, ao PSDB caberia preencher o vácuo e conquistar para si esse capital político.

Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e ex-Presidente da República, em um livro de caráter autobiográfico, *A arte da política* (2006), faz uma série de considerações acerca dos momentos da história política do país, as quais ele vivenciou. Como membro fundador e idealizador do PSDB, o autor nos revela apontamentos importantes sobre o partido e seu surgimento.

Conforme Cardoso, os debates impulsionadores da constituição do PSDB foram as problemáticas referentes às novas funções do Estado e sua abrangência, assim como de uma gestão pública eficiente. Nesse sentido, eles se colocaram no campo político brasileiro como portadores de uma proposta de modernização para o país pautada na eficiência da gestão pública, ou nas palavras de Fernando Henrique Cardoso “... *o estilo (do PSDB) é o repúdio ao esbanjamento de recursos e à ostentação de poder, somados à presunção de competência técnico-gerencial*” (Cardoso; 2006, p. 134).

Após a aprovação da Constituição em outubro 1988, foram convocadas as eleições municipais em novembro. O recém criado PSDB participou destas eleições, com candidatos próprios, chegando a garantir vitórias importantes como a Prefeitura de Belo Horizonte com Pimenta da Veiga, além de mais 6 prefeituras de Minas Gerais.

Contabilizando todos os estados, o PSDB conseguiu eleger 18 Prefeitos, sendo 7 em Minas Gerais, 5 em São Paulo, 3 no Espírito Santo, 1 no Mato Grosso do Sul, 1 em Pernambuco e 1 no Rio Grande do Sul.

Definida a duração do mandato presidencial de 5 anos, na nova carta constitucional, aconteceria a primeira eleição direta para presidente da República desde a instauração, 25 anos antes, de um regime militar no Brasil, em novembro 1989.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989

A eleição presidencial de 1989 teve antecedentes importantes como a constituinte e as eleições municipais de 1988.

Estas últimas representaram um avanço para as “oposições de esquerda”, o PDT e o PT saíram das eleições fortalecidos, passando a governar uma série de cidades importantes como o Rio de Janeiro (PDT) e São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Campinas e Santos (PT). O resultado possibilitou que os referidos partidos governassem cerca de um quarto da população brasileira, o que, por sua vez, gerou elementos capazes de condicionar as expectativas com relação à eleição presidencial de 1989.

A campanha eleitoral de 1989 para a presidência da República ocorria em meio às expectativas de eleitores e políticos, sendo atentamente coberta pela imprensa. O que estava em jogo naquele momento de disputa era qual seria o governo a ser eleito como vistas a realizar as mudanças que o Brasil necessitava naquele momento e que eram ansiadas pela população.

Afinal, o país atravessava uma grave crise econômica, com a inflação chegando a 80% ao mês, mesmo depois da efetivação de alguns programas de estabilização econômica. Em virtude dessa situação, o PMDB enfrentava um forte desgaste de popularidade com a população. A imagem do partido estava contaminada de percepção negativa, chegando as lideranças serem consideradas corruptas e preocupadas somente com seus interesses particulares.

Dos mais de 15 candidatos²⁶ que se apresentaram na disputa, somente quatro se constituíam como candidatos reais, ou seja, com alguma chance de ir ao segundo turno:

²⁶ Também estavam na disputa políticos como Ulisses Guimarães (PMDB), Paulo Maluf (PDS), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), entre outros.

Collor (PRN), Lula (PT), Brizola (PDT) e Mário Covas (PSDB). O embate no segundo turno foi protagonizado por Lula e Collor, tendo este último saído vitorioso com uma pequena margem de votos (5,8 %) contra seu adversário.

André Singer (1990) aponta alguns possíveis significados para a vitória de Collor, já que este candidato não contava com uma máquina partidária significativa e militância nos estados²⁷. Conforme Singer:

No final, a eleição [de Collor] significou que os grandes partidos no congresso (PMDB e PFL) foram superados por um candidato cuja sigla, PRN, inexistia como estrutura partidária. Mostrou também que um candidato apoiado numa comunicação direta com o eleitor foi capaz de vencer partidos e lideranças de esquerda cujo enraizamento na sociedade é inegável. (...) Foram derrotados igualmente, forças emergentes como o PSDB, ou ressurgentes, como o PDS de Maluf. Enfim, partidos estabelecidos e máquinas governamentais acabaram deixados para trás por um candidato “marginal”, embora apoiado a partir de um certo ponto por setores consideráveis da elite econômica do país. (SINGER; 1990, p. 135)

Como podemos observar, Singer apresenta uma série de questionamentos que foram colocados em pauta no debate político pós-vitória de Collor. Afinal, este havia concorrido no primeiro turno com políticos de referência como Leonel Brizola (PDT) e Mário Covas (PSDB) identificados com o reformismo social e, no segundo turno, com Lula, representante do PT, partido cuja prática política se orientava para a organização, mobilização e representação das demandas dos mais diversos movimentos sociais urbanos e rurais.

O governo Collor, no entanto, teve curta duração – de março de 1990 a setembro de 1992 - devido a crise que se instalou com as denúncias de corrupção, as quais culminaram com o impeachment do presidente. As características mais significativas deste governo referiram-se ao caráter populista do presidente e também aos fracassos na área econômica.

Desde o primeiro momento, o presidente optou por um distanciamento dos partidos e somente com a perda da popularidade, devido o fracasso dos planos econômicos Collor 1 e Collor 2, é que buscou uma composição político-partidária de apoio ao governo. Entretanto, as denúncias de corrupção no alto escalão do governo tiveram maior peso e contribuíram para perda de legitimidade do governo.

²⁷ A candidatura de Collor estava abrigada na legenda do Partido da Renovação Nacional (PRN), de escassa representação no Congresso.

Em setembro de 1992, após a denúncia, através do irmão do presidente Collor, Pedro Collor de Mello, da existência de um esquema de corrupção coordenado pelo tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Farias, a crise ultrapassou os limites do apoio congressual e desembocou no impeachment do presidente, o que levou à posse do governo federal pelo vice-presidente Itamar Franco.

Ao contrário do presidente Collor, Itamar Franco buscou desde o início constituir um amplo arco de alianças, tendo em vista garantir apoio e unidade em torno de um governo que se formava mediante a situação crítica de crise econômica e política. Constituíram a coalizão do governo Itamar: PMDB, PSDB, PFL, PSB, PTB. O PT foi convidado, mas optou por não participar da equipe de governo.

A posse de Itamar Franco não atenuou a crise econômica que assolava o país, a população continuava temerosa por mais congelamentos de salários ou de confiscos de depósitos e poupanças. Diante da necessidade urgente de mudanças, em maio de 1993, o presidente nomeou o ex-senador Fernando Henrique Cardoso e então ministro das Relações Exteriores para assumir o Ministério da Fazenda.

Um elemento importante a ser considerado para análise do governo Itamar se refere ao fato de que os ministérios ligados à área econômica ficaram sob o domínio do PSDB.

À frente do Ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso buscou construir um programa econômico que não estivesse orientado pelos artificialismos anteriores. De início, em julho de 1993, o ministro e seus assessores criaram o Programa de Ação Imediata (PAI), o qual continha as primeiras medidas econômicas que tinham por finalidade organizar o governo para enfrentar, e resolver, o problema da hiperinflação.

O Plano Real, foi lançado em julho de 1994 e visava ao combate da inflação associado à definição de estratégia de crescimento. Dessa forma, era necessário redefinir o modelo de desenvolvimento nacional para que se conseguisse obter simultaneamente o controle da inflação e a retomada de um novo ciclo de crescimento econômico.

Nessa perspectiva, o Plano Real possibilitou uma reforma monetária que se orientou pela redução brusca do “imposto inflacionário”, o que, por sua vez, “retirou da economia o véu inflacionista que impedia a construção efetiva de referências de troca na economia brasileira”.

A partir da implementação do novo plano econômico, a inflação foi controlada e em consequência do fim desta, a economia brasileira voltou a crescer, o que teve desdobramentos significativos na vida da população que já estava desacreditada da possibilidade de superação da hiperinflação. O sucesso do plano Real colocou em cena novos elementos capazes de alterar as previsões acerca das eleições presidenciais que ocorreriam em outubro de 1994.

Com o impeachment de Collor, Lula teve uma ampliação da simpatia do eleitorado, pois havia alertado, durante a campanha de 1989, que a eleição de um “aventureiro” como Collor para a presidência da República. Nesse sentido, Lula, na qualidade principal opositor de Collor e líder de um dos partidos mais mobilizados no movimento popular pró-impeachment, ganhou a aura de candidato legítimo da oposição.

Esses elementos apontavam para uma disputa acirrada num segundo turno entre Lula e um outro candidato. Entretanto, com a entrada do ex-ministro da Fazenda na disputa e o sucesso do Plano Real as previsões não se confirmaram. Fernando Henrique foi eleito presidente, no primeiro turno das eleições com a expressiva porcentagem de 54.3% dos votos válidos.

A vitória de Fernando Henrique à presidência da República e, conseqüentemente, a chegada do PSDB ao poder executivo nacional trouxe mudanças nas disputas do quadro partidário brasileiro.

O contraste entre PT e PSDB está marcado desde as suas origens, tanto do ponto de vista organizacional quanto das bandeiras que estes partidos buscaram defender no campo político brasileiro. O primeiro defendendo democracia e socialismo, enquanto o segundo preocupava-se com as novas funções a serem desempenhadas pelo Estado num contexto de mudança global e de crise do socialismo e do estado de bem-estar social.

Entretanto, vale colocar que, apesar dessas diferenças, os dois partidos não se configuravam como inimigos no campo político, pelo menos até a vitória de Fernando Henrique. A partir daí o que vem ocorrendo é a primazia do eixo PSDB-PT, no exercício das disputas políticas do País, posteriores a 1994.

1.3. A PRIMAZIA DA DISPUTA PSDB X PT

Ao longo de sua trajetória política o PSDB ampliou de maneira significativa seu desempenho eleitoral, o que sinalizou a tendência de nacionalização do partido. A conquista da presidência da República, em 1994, significou o grande avanço para a evolução do PSDB no sistema político-partidário brasileiro.

Segundo Roma (2002), “entre 1993 e 1996 o partido praticamente triplicou o número de vereadores e duplicou o número de prefeitos filiados”. Na eleição de 1994, além da presidência o PSDB conquistou seis governos estaduais e a segunda maior bancada no Congresso Nacional. E no período que compreende 1993 a 1997 conseguiu dobrar a representação na Câmara Federal. Esses dados são importantes para compreendermos o quanto o crescimento do PSDB está vinculado à sua condição de partido que exerce o poder.

Enquanto detentor do poder Executivo federal, o PSDB em seu primeiro mandato não teve, *a priori*, grandes dificuldades para implementar seu programa político. Afinal, o Plano Real gozava de extraordinário sucesso, a escolha do Congresso Nacional havia contemplado com folgada maioria a coalizão partidária do presidente, e em quase todos os governos estaduais ocorreu a vitória de aliados políticos.

Porém, tanto quanto nos aponta Roma, o impasse do PSDB enquanto partido governante estava muito mais relacionado à sua identidade programática do que a fatores externos:

A construção da identidade programática do PSDB revela um dilema ideológico entre se declarar social-democrata, de um lado, e apresentar um programa de governo orientado por teses liberais, de outro. O discurso social-democrata, porém, foi fundamental no processo de mobilização de filiados e militantes, o que conferiu um viés de esquerda na sua origem. A tônica liberal do seu programa de governo, por outro lado, predominou como concepção ideológica de seus membros dirigentes com cargos eletivos (ROMA; 2002, p. 74)

O debate acerca da orientação liberal para a constituição da política governamental do PSDB está presente em outros autores como Sallum e Vianna. Segundo Vianna (2006), o PSDB tem uma orientação liberal da condução do Estado, pois visa racionalizar o Estado e suas instituições a fim de torná-los homólogos aos processos do mercado.

Sallum (2003) também afirma que o PSDB assume uma postura liberal na construção de seus dois mandatos federais, o que pode ser verificado na condução da

política econômica baseada no ajuste fiscal. Entretanto, este autor faz análises que vão para além do debate acerca do conteúdo liberal das políticas peessedebistas. Ele nos apresenta um conflito que se desenvolveu no interior do governo em torno da questão da condução da política econômica. Este conflito, segundo Sallum, era materializado pelos grupos dos *fundamentalistas de mercado x liberais desenvolvimentistas*.

As afirmativas de Sallum e Roma são demonstrativas dos impasses, disputas e contradições internas ao PSDB para o exercício da governabilidade, o que por sua vez, não diminui a relevância do exercício do governo para a institucionalização partidária.

É importante observar que nas gestões de Fernando Henrique, os ministérios considerados imprescindíveis para a implantação das propostas do governo foram ocupados por quadros do PSDB, a fim de garantir a implementação do programa partidário.

Ao passo que o PSDB se institucionalizava no exercício de sua função governativa, o PT se construía como o maior partido de oposição, consolidando assim sua institucionalização ao longo da década de 1990.

Nesse contexto de institucionalidade, os governos petistas nos municípios ocuparam um lugar importante. Experiências exitosas como o Orçamento Participativo (OP) e o “Banco do Povo” apareciam como demonstrativos do modo petista de governar, este que se configurava cada vez mais como a alternativa ao programa de PSDB.

No entanto, é relevante colocar que até meados da década de 1990, os governos municipais eram vistos como “uma estratégia de hegemonia e não uma estratégia de governo, ou seja, eles continuaram subordinados a uma estratégia geral no plano nacional: instrumentos de hegemonia, pontos de apoio etc.” (SOUZA; 2004, p. 293).

Essa assertiva de Souza demonstra a importância que a conquista do Executivo federal tinha para as lideranças petistas. Nesse sentido, o que pode ser observado, ao longo da década de 1990, é todo um processo de construção do perfil de um PT “confiável” para as funções governativas.

É nessa perspectiva que a política de alianças do PT é (re)pensada para as eleições presidenciais de 2002. O PT, que historicamente se recusou em constituir alianças com os grupos políticos do centro político, faz um movimento de “ida ao centro” se aliando ao Partido Liberal e escolhendo um grande empresário para candidato

a vice-presidente. A ampliação do arco de alianças encontra justificativa na expectativa de vitória eleitoral.

A disputa residencial de 2002 é mais uma vez polarizada pelo PSDB e o PT, representados respectivamente por José Serra, ex-ministro da Saúde do governo Fernando Henrique, e Lula, líder petista a disputar pela quarta vez a presidência.

O debate eleitoral, para ambos os candidatos, gira em torno de uma prática político-governamental que expressa a “continuidade sem continuísmo”²⁸. Em vários momentos os discursos de Serra e Lula se identificam sutilmente, sobretudo, no que se refere à “retomada do crescimento econômico e à ampliação da rede de seguridade social” (VIANNA; 2006, p. 98).

Polarizada por candidatos que não apresentaram divergências nítidas, a disputa eleitoral de 2002 foi percebida, por alguns analistas, como marcada antes mesmo de a campanha iniciar por “uma forte predisposição contra o candidato governista – qualquer que fosse esse candidato” (CARREIRÃO; 2002, p. 60), assim também como uma predisposição maior do eleitorado a votar em Lula. Acrescente-se ainda, a favor de Lula, as qualidades de sua campanha²⁹.

A eleição de Lula, por sua vez, evidenciou alterações no cenário político brasileiro, sobretudo, no que se referiu aos posicionamentos dos partidos agora na condição de opositores. Afinal, o governo Lula assumiu parte significativa do programa político do governo anterior (PSDB), sobretudo, a agenda de reformas e a condução da política econômica.

Diante desse fato, o PSDB teve dificuldade em construir sua identidade oposicionista face ao novo governo. Nesse sentido, foi necessário que o partido (re)pensasse sua prática política e buscasse construir estratégias de enfrentamento e oposição ao governo Lula.

²⁸ Serra assume esse discurso por ser o candidato do governo e Lula por ter lançado a “Carta ao Povo Brasileiro”, documento no qual o então candidato a presidente se comprometia com a manutenção dos contratos, metas de inflação e superávit primário.

²⁹ Grande parte das análises no campo da Comunicação Social evidenciaram como importante para a vitória de Lula a nova postura assumida pelo então candidato e seu partido, muito bem construídas a partir de seus programas eleitorais e da imagem do “Lulinha Paz e Amor”.

CAPÍTULO 2

O Opositor e suas razões

No capítulo anterior busquei evidenciar o surgimento e a trajetória de PT e PSDB no contexto da redemocratização brasileira. Nele pude observar que a década de 1990 foi decisiva para o processo de institucionalização destes partidos, assim como da disputa/polarização entre os mesmos.

É importante salientar, entretanto, que a institucionalização ocorreu em moldes diferenciados para o PT e o PSDB. Afinal, enquanto o primeiro foi fortalecendo seu vínculo com os movimentos da sociedade civil e se constituindo como a referência partidária de oposição no país, o segundo ampliou significativamente sua máquina partidária através do exercício da função governativa no executivo federal³⁰.

A chegada do PSDB ao executivo federal se configurou como momento ímpar para o estabelecimento da efetiva oposição entre estes partidos. O que, por sua vez, contribuiu para a construção do que chamei de primazia do eixo PSDB – PT, na perspectiva de que são estes partidos os quais têm se apresentado com “vocaçao presidencial” e, portanto, polarizado as disputas presidenciais que ocorreram entre 1994-2006.

A eleição e posse, em 2002, de um Presidente da República com a trajetória política de Lula da Silva expressaram mudanças no cenário político brasileiro. Entre as quais destaquei a nova função (oposicionista) a ser assumida pelos políticos pertencentes ao PSDB.

Devo observar que para assumir o novo lugar de oposição ao Executivo federal o PSDB enfrentou dificuldades, sobretudo, pelo fato de o governo Lula (PT) ter assumido parte do programa político do governo antecedente (PSDB), como a agenda de reformas e a condução da política econômica.

Neste capítulo, busco me dedicar ao PSDB, nele pretendo traçar um perfil ideológico objetivando salientar as características que foram constituídas ao longo dos

³⁰ Segundo Roma (2002), entre 1993 e 1996 o PSDB praticamente triplicou o número de vereadores e duplicou o número de prefeitos filiados. Na mesma eleição de 1994 o partido ampliou em cinco vezes mais o número de governadores e no período que compreende de 1993 a 1997 conseguiram dobrar a representação na câmara federal.

anos na luta política e nos embates com o PT e que legitimam (irão legitimar) suas posições (discursos e práticas) na atual condição de opositor.

Dessa forma, o capítulo é orientado por uma leitura dos documentos oficiais do partido, de artigos de intelectuais fundadores e membros do partido (Fernando Henrique Cardoso, Bresser - Pereira, entre outros) e análises de outros intelectuais sobre o PSDB.

2.1. AS RAZÕES DO PSDB

Apontei anteriormente que a admissão de parte do programa de governo do PSDB pelo governo Lula gerou impasses à imediata construção de uma identidade oposicionista por parte dos peessedebistas. Esse contexto exigiu dos mesmos um exercício de (re)tomada de sua identidade político-ideológica.

Nessa perspectiva, compreendo que a identidade oposicionista a ser construída pelo PSDB esteve relacionada à ideologia partidária, às concepções de mundo e da política que impulsionaram o surgimento do partido e, em certa medida, orientaram sua prática no exercício do executivo federal.

Para orientar a análise pretendida tomo como referência o conceito de ideologia formalizado por Bobbio. Ideologia é:

Um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública, tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos (BOBBIO; 2004, p. 585).

Para melhor compreensão dos elementos ideológicos que orientam as ações e discursos dos peessedebistas, irei apresentar concepções teórico-ideológicas mais gerais que orientam alguns discursos e práticas dos peessedebistas no campo político, seja na arena governamental seja na legislativa. Assim como buscarei apresentar uma reflexão específica de como estes elementos se materializam na concepção que o partido construiu acerca do papel do Estado.

BASES IDEOLÓGICAS

As bases ideológicas nas quais floresce a identidade partidária no PSDB estão, em grande medida, relacionadas à conjuntura de sua fundação.

Como visto anteriormente, este partido surgiu no contexto da Assembléia Nacional Constituinte e da crise econômica, decorrente de altos índices inflacionários,

no governo Sarney. Nesse sentido, segundo Cabrera (1995), o PSDB se formou num campo já definido de opções, quais foram: de oposição ao governo Sarney, defesa de propostas de mudanças sociais mais profundas, pautadas na defesa de uma agenda de reformas, e a identificação do novo partido com a social-democracia.

Desse modo, a identidade do PSDB vai se formando, num primeiro momento, na crítica ao oportunismo, ao fisiologismo, ao clientelismo e aos arranjos políticos no qual o PMDB se enredou. Caracterizando o antigo partido, o Programa afirma que o PMDB se envolveu

no jogo da ocupação de espaços na máquina governamental, acabou fornecendo massa de manobra ao continuísmo de oligarquias decrépitas e de burocratas acostumados ao mando irresponsável. Numa palavra, arenizou-se, atrelado a um governo que deixou de se constituir no primeiro da Nova República para se fazer o último da velha República³¹.

No que se refere à caracterização do partido com a social-democracia³², esta se dá a partir de uma reflexão crítica das experiências desta na Europa, sobretudo, em relação ao emperramento das estruturas estatais e de sua crescente burocratização, assim como da relação do Estado com as classes sociais e o corporativismo. Nos documentos do PSDB encontramos apontamentos acerca da necessidade de elaborar uma proposta social-democrata que atenda às condições peculiares do desenvolvimento latino-americano, e mais especificamente do Brasil.

Segundo Guiot (2006), os efeitos negativos provocados pelo neoliberalismo na Europa definiram novos rumos para a social-democracia, o que possibilitou o surgimento, em meados dos anos 1990, de uma “nova agenda” política: terceira via.

Nas palavras de Giddens (2001), a terceira via se apresenta como “uma estrutura de pensamento e prática política que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas” (GIDDENS; 2001, p. 36). Nesse sentido, a terceira via tem o interesse de ser uma força política que seja capaz de superar as polaridades do modelo anterior, ela refere-se a um

³¹Programa do PSDB, 1988, p. 16.

³² A social-democracia é uma ideologia que surgiu em fins do século XIX e início do século XX por partidários do marxismo que acreditavam que a transição para uma sociedade socialista poderia ocorrer sem revoluções, mas por meio de uma evolução democrática. A ideologia social democrata prega uma gradual reforma do sistema capitalista a fim de torná-lo mais igualitário, geralmente tendo em meta uma sociedade socialista. Com os avanços do neoliberalismo e as transformações no capitalismo essa corrente político-ideológica passou por (re)formulações.

“social-liberalismo’ orientado para o mercado, que vai além do neoliberalismo da nova direita e da social-democracia da velha esquerda” (BRESSER-PEREIRA, 1998).

A terceira via compreende que atualmente o capitalismo se constitui como a forma possível de se estruturar o sistema econômico. E, portanto, é necessário realizar uma administração do capitalismo garantindo algumas ações que os capitalistas não incluem em sua gestão. Nas palavras de Bresser-Pereira (1999), “precisa administrá-lo de forma não apenas mais justa: também mais eficiente”. Dessa forma, a Terceira Via seria a social-democracia modernizada através da reforma do Estado (desestatização e desprivatização); da participação da sociedade civil; da regulação dos mercados; da justiça e de menor exclusão social.

Conforme Guiot, as construções teóricas e programáticas da terceira via influenciaram bastante as construções ideológicas do PSDB, estando presentes desde a elaboração do programa partidário, em 1988.

Além da influência teórica da terceira via é importante observar, segundo Cabrera, que o PSDB, quando de sua fundação, tinha a percepção mais geral de que o Brasil atravessava uma crise em variados campos, inter-relacionados entre si, e que esse cenário exigia uma ação coordenada no sentido de obter uma solução global para os principais problemas do país.

Dessa maneira, foram agregados “(...) no conjunto das propostas do PSDB, elementos que permitem entender a crise em suas diferentes dimensões, a partir do destaque dado à crise política, à crise fiscal, à crise econômica e à chamada “crise de modernização” (CABRERA, 1995, p. 142).

Nesse sentido, tomando como base, as considerações apontadas anteriormente sobre a social-democracia, apresentarei, nas páginas seguintes, algumas reflexões sobre os aspectos ideológicos do conjunto programático do PSDB para temas como o Estado. O que, por sua vez, engloba reflexões sobre as diferentes dimensões da crise brasileira nos fins da década de 1980, a partir das percepções dos peessedebistas.

O TEMA DO ESTADO

A concepção de Estado construída pelo PSDB está diretamente relacionada ao contexto de fundação do partido, à análise crítica das experiências estatizantes do bloco soviético, dos “welfare states” e dos países subdesenvolvidos, às concepções da terceira

via sobre o Estado, assim como às interpretações clássicas dos intelectuais acerca da constituição do Estado brasileiro.

As críticas dos peessedebistas às experiências estatizantes encontram justificativas na presença excessiva do Estado em várias áreas, o que, por sua vez, teria gerado a falta de estímulo e a ineficiência técnica e administrativa. Nessa perspectiva, o eixo central da concepção do PSDB acerca do Estado é a compreensão de que este não é o agente preferencial de transformação da sociedade e do desenvolvimento econômico.

Os documentos de fundação do PSDB apontam para a compreensão de que a derrocada dos países do Leste europeu e a crise das sociedades tradicionalmente dirigidas pela social-democracia fortaleceram os ideais liberais do Estado mínimo e da supremacia do mercado.

No entanto, esse fortalecimento do liberalismo, assim como os arranjos liberais promovidos por governos social-democráticos da Europa, para os peessedebistas apresenta indicadores de que a questão do Estado deve ser tratada de forma diferenciada, ou seja, além da pura dicotomia entre estatal *versus* privado.

As discussões em torno do “tamanho”, papel e responsabilidades do Estado nos diferentes níveis e aspectos da vida nacional, se constituíram objeto de reflexão dos intelectuais do PSDB.

No caso brasileiro, o Estado foi peça central para o desenvolvimento econômico e organização da sociedade por, aproximadamente, 50 anos. Essa fase ficou conhecida como a Era Vargas - este modelo de política econômica emergiu no período Getulista – e moldou o estilo do desenvolvimento econômico brasileiro, permanecendo praticamente inalterado até o final do governo Sarney, em 1989.

Partindo do entendimento de que ocorreram profundas transformações nos planos político e econômico, nacionalmente e internacionalmente, os peessedebistas refletiram acerca da necessidade urgente de redefinições do papel a ser desempenhado pelo Estado face à sociedade e economia brasileiras.

No caso do PSDB, as reflexões acerca das redefinições no papel do Estado foram orientadas pelas concepções gestadas no seio da nascente terceira via. Segundo essa compreensão, o Estado deixa de desempenhar “o papel principal na coordenação da economia e reconhece que essa função cabe ao mercado” e, por isso, afirma que um dos papéis fundamentais do Estado é assegurar a competição a partir da regulação. Ao

mesmo tempo, é imprescindível destacar que o mercado possui limitações para além da distribuição de renda, incluindo assim a prioridade na definição de alocação dos recursos, envolvendo a garantia de uma economia estável e na promoção do desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Dessa maneira, “o Estado não tem um papel secundário, mas um papel complementar e estratégico em relação ao mercado no plano econômico, e um papel central na regulação mais geral da sociedade e do próprio mercado” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 5).

A problemática da gerência do Estado, portanto, se dá por um meio termo entre o intervencionismo direto, embora este não seja totalmente descartado e o liberalismo, com ressalvas para a prática do mercado competitivo.

Segundo Cabrera, na concepção de Estado do PSDB, o mesmo:

(...) deve buscar suprir as carências históricas da sociedade brasileira atuando como organizador de uma rede de serviços e benefícios dos mais diversos, assim como planejar e executar, no âmbito empresarial, políticas que sustentem um novo padrão de desenvolvimento capitalista. (CABRERA, 1995. p. 140-141)

Outro ponto a ser ressaltado é a compreensão de que, para o PSDB, o Estado deve atuar na perspectiva de contribuir para o processo de modernização, através de uma maior racionalização, de probidade, de transparência e de profissionalismo.

Nessa perspectiva, o PSDB considera necessária realizar uma profunda reformulação nos serviços públicos, com vistas a garantir uma profissionalização dos agentes públicos orientados pelo respeito à coisa pública. O partido defende, portanto, uma *desprivatização* do Estado, através da criação de mecanismos de controle da sociedade sobre a ação estatal.

A profissionalização e a racionalização do serviço público obedecem às exigências do novo padrão de desenvolvimento e do incremento técnico-científico, condições, segundo os peessedebistas, fundamentais para a execução das políticas sociais do Estado.

No Manifesto de Fundação, os peessedebistas afirmam que no caso brasileiro fazia-se impositivo “uma reestruturação profunda da máquina do Estado, abrangendo tanto a administração direta como a indireta” (Manifesto do partido, 1988, p. 2).

É a partir dessas reflexões, que se apresenta para os peessedebistas a necessidade de reformas no Estado, sobretudo, porque boa parte dos intelectuais, que também estava no partido, compartilhava da compreensão de que o Estado estava passando por uma crise.

Para entendermos melhor o que os tucanos denominavam crise do Estado, cito uma passagem de um artigo³³ de Bresser - Pereira, intelectual e membro-fundador do PSDB, no qual ele reflete acerca de o porquê a crise estava no Estado e de que maneira ela se materializava neste:

Quando falo crise do Estado, estou me referindo a uma coisa muito precisa. Refiro-me, em primeiro lugar, a uma crise fiscal do Estado. O Estado quebrou. Não tinha mais condições de pagar corretamente suas dívidas. (...) A sua capacidade de intervir na economia e na sociedade diminuiu dramaticamente. (...) Em segundo lugar, é uma crise da forma de intervenção. O modelo segundo o qual o Estado, no Brasil, promoveu a intervenção na economia foi fundamentalmente o da substituição de importações, uma estratégia essencialmente protecionista, (...) que implicou substancial concentração de renda. (...) E, terceiro, a crise do Estado é uma crise da forma burocrática de administração. Nos anos 60 já era tempo de pensar em uma administração gerencial muito mais eficiente, muito mais moderna – voltada para a descentralização e o controle dos resultados, ao invés do controle legal dos processos. Como a reforma não foi realizada, nos anos 80 esta era uma causa fundamental da crise (BRESSER-PEREIRA; 1997, p. 62 - 63)

Nessa perspectiva, para os peessedebistas reformar o Estado significava basicamente: “reconstruí-lo dotando-o de capacidade de decisão, recuperando suas finanças e implantando uma administração pública gerencial; delimitar seu papel, transferindo para o setor privado, as empresas, e para o setor público não-estatal seus serviços sociais, de forma a aumentar a competição” (BRESSER-PEREIRA, 1998).

As reformas do Estado têm também um caráter “moralizador”, afinal elas trazem em si a proposta de realizar a chamada *desprivatização* do Estado, no intuito de afastar interesses privados e corporativos incrustados na administração pública. A *desprivatização* do Estado visa combater a captura do Estado, sua privatização por interesses particulares.

Nas palavras de Bresser-Pereira:

³³ “Por um Partido de Esquerda, Democrático e Contemporâneo”. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, n. 39, 1997, p. 53-71.

Na reforma do Estado o objetivo de garantir o direito do cidadão de que os bens públicos não sejam capturados privadamente é tão importante quanto o de tornar o Estado mais eficaz e eficiente, e mais democrático. (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.66)

Essa concepção de que o Estado brasileiro é um estado “privatizado” está assentada, sobretudo, nas interpretações clássicas no campo das ciências sociais. Essas interpretações dão ênfase ao patrimonialismo³⁴ como elemento constitutivo do Estado brasileiro.

Para Cardoso (2006), as interpretações mais importantes, que atentam para a questão do patrimonialismo, são: a que está presente na obra de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, e a de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*.

Na interpretação de Faoro encontra-se a afirmativa de que no Brasil o grupo social que se apoderou do poder político, dominando a máquina administrativa e governamental do país, tinha como orientação de sua ação política a busca por benefícios como poder, prestígio e riqueza³⁵.

O patrimonialismo apontado por Faoro como fundamento sobre o qual se ergue o Estado brasileiro se caracteriza pela forte centralização, evidenciada na concentração de poderes que vão desde as concessões de cargos até a condução de assuntos econômicos. O Estado estaria, portanto, presente nas mais diversas esferas da vida social.

Já Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, afirma que para os membros das elites detentoras do poder político o Estado é percebido como uma extensão dos poderes privados. Nessa perspectiva, o autor afirma que a constituição do espaço público plenamente separado do espaço privado não chegou a ocorrer na sociedade brasileira. O mundo público ficou marcado pelos interesses, valores e práticas que imperavam na vida privada e familiar.

³⁴ Segundo Weber, o patrimonialismo é um tipo de dominação, exercida com base em um direito pessoal, embora decorrente de laços tradicionais, no qual se obedece ao chefe por uma sujeição instável e íntima derivada do direito consuetudinário – “porque assim sempre ocorreu”. É importante salientar que no exercício deste tipo de dominação é desconhecida a divisão entre a “esfera privada” e a “pública”. A administração política é tratada pelo governante, nestes casos, como assunto puramente pessoal.

³⁵ Essa “elite” que administrava os assuntos reais constituía de forte inspiração weberiana, o “estamento burocrático” de que Faoro se vale para explicar como um certo círculo de notáveis conduzia os assuntos de natureza pública em uma ordem patrimonial nestas nações. O estamento burocrático, no caso brasileiro, era composto por um grupo de funcionários e súditos leais que se apropriavam do Estado e que se utilizavam deste em benefício próprio, em caráter particularista.

Cardoso (1990), em artigo intitulado “*Desafios da Social-Democracia na América Latina*”, apresenta uma discussão acerca do que significa privatizar o Estado. Segundo Cardoso, o Estado brasileiro já era *privatizado* na medida em que possuía partes de seu setor produtivo ou da própria administração “*enfeudadas*” a interesses particulares.

Nesse sentido, fazia-se necessário “*desprivatizar*” o Estado. Essa *desprivatização* teria por interesse “aumentar o controle democrático sobre a gestão estatal para torná-la sensível ao interesse público”³⁶, assim como em eliminar monopólios estatais e privilégios na administração pública.

Para garantir esse controle democrático e a eliminação dos privilégios, os pesdebistas compreendiam como melhor método a privatização, tal como é conhecida usualmente no campo político, ou seja, enquanto a venda de empresas produtoras de bens e/ou serviços pertencentes ao setor público para o setor privado. Desse modo, a privatização estaria incluída como parte integrante das reformas a serem implementadas.

No discurso de Mário Covas, primeiro candidato do partido à Presidência da República, essa compreensão é evidenciada:

O Estado brasileiro cresceu demasiadamente como produtor direto de bens, mas atrofiou-se nas funções típicas de governo. Vamos privatizar com seriedade e não somente com retórica. Vamos captar recursos privados para aumentar os investimentos de empresas públicas estratégicas e rentáveis (...). Metade de nossa indústria está atrasada tecnologicamente. Importamos pouquíssima tecnologia.³⁷

A partir destes elementos, podemos compreender que as reformas do estado se referem à inserção do Brasil numa nova ordem econômica mundial, e do mesmo modo, redefinem as relações que o Estado mantém com a economia e a sociedade. Trata-se, sobretudo, de uma reforma do modelo de desenvolvimento que orienta as formas de atuação do estado.

Na próxima seção, tratarei das concepções que os peessedebistas têm acerca da relação a ser mantida entre o Estado e a Economia, a partir da redefinição desta relação a ser construída no contexto das reformas.

³⁶ Cardoso, 1990, p.44

³⁷ COVAS, Mário. “*O Desafio de ser Presidente: compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento*”. Brasília, Senado Federal, 1989.

O ESTADO E A ECONOMIA

Para tratarmos da temática da Economia devemos recordar, como apontado anteriormente, que o PSDB surgiu num momento em que o País passava por uma crise econômica que tinha seu centro numa crise financeira, deflagrada no início dos anos 1980, a partir do “esgotamento do padrão de financiamento do estado brasileiro, aliado à elevação das dívidas externa e interna e a geração da espiral inflacionária” (CABRERA, 1995, 149.).

Nessa perspectiva, segundo a avaliação do PSDB, o baixo desempenho da economia brasileira na década 1980, quando de seu surgimento, deve ser entendido a partir da crise do financiamento público, “provocada pelas dívidas interna e externa, a inflação e suas conseqüências (incertezas para os investimentos privados, erosão das receitas fiscais, políticas de corte da demanda e juros exorbitantes), a fraca absorção de tecnologia moderna, o atraso competitivo da economia brasileira”³⁸.

Para o PSDB fazia-se necessário o controle dos gastos públicos tendo em vista garantir a retomada, posteriormente, da capacidade fiscal do estado e, por sua vez, das condições para a execução de políticas sociais.

É necessário controlar os gastos públicos para diminuir a pressão sobre o tesouro e, portanto, a pressão de mais endividamento e juros altos; aumentar a receita tributária líquida pelo corte de subsídios e incentivos e reduzir drasticamente o endividamento público interno e externo³⁹.

Segundo Cabrera, para os peessedebistas, numa perspectiva global, a solução da crise econômica que assolava o Brasil, no início dos anos 1990, além de contemplar a resolução do problema da dívida pública deveria possibilitar o surgimento de um novo padrão de financiamento estatal e de novas formas de relacionamento entre o setor privado e estatal da economia.

Nesse sentido, a estabilização econômica e o controle das contas públicas são fundamentais, mas não suficientes para a retomada do crescimento na compreensão dos peessedebistas. O PSDB propõe, portanto, uma política de modernização da economia, que objetiva à inserção do Brasil num cenário internacional transformado pela adoção de novas tecnologias e formas de gerenciamento.

³⁸Os Desafios do Brasil e o PSDB (síntese), pg. 14, apud CABRERA.

³⁹Idem, apud CABRERA

Segundo Sallum, é na perspectiva dessas proposições que se orientaram os governos de FHC, sobretudo, o primeiro mandato (1994-1998):

(...) o Estado não cumpriria funções empresariais, que seriam transferidas para a iniciativa privada; suas finanças deveriam ser equilibradas e os estímulos diretos dados às empresas privadas seriam parcimoniosos; não poderia mais sustentar privilégios para categorias de funcionários; em lugar das funções empresariais, deveria desenvolver mais intensamente políticas sociais; e o país teria que ampliar sua integração com o Exterior, mas com prioridade para o aprofundamento e expansão do Mercosul. (SALLUM; 2001.)

Assim, no governo FHC o eixo da atividade produtiva passa do setor público para o setor privado, o que, para ele, não significa dizer que o papel do estado deixa de ser relevante para o desenvolvimento econômico. Entretanto, cabe salientar que esse papel mudará de “natureza”: o Estado passa de produtor, para regulador. Não se substitui o mercado, mas se cria um marco institucional de regulação deste. Nessa perspectiva, a intenção política é de que “a livre iniciativa e a criação de riqueza e dinamização da economia” devem ser responsabilidade do Mercado e não do Estado.

O PSDB apontou ainda, nos documentos de fundação, a necessidade da adoção de uma política econômica de estabilização associada à abertura “seletiva” da economia e ao reforço dos investimentos internos. Neste caso, abrir a economia significava estabelecer regras claras de movimentação do capital externo e não somente sua “anacrônica” restrição.

Vale ressaltar que entre fins da década de 1980 e início da década de 1990, quando o PSDB surge, estava emergindo um novo ordenamento do sistema internacional que colocava como impositiva a necessidade de desenvolvimento econômico pelas vias diplomáticas (através do comércio global), o que por sua vez, exigiu dos países o surgimento de condições de articulação das forças produtivas nacionais com as mundiais.

Nesse sentido, a partir deste novo ordenamento o governo brasileiro, nos mandatos de FHC, adotou um novo padrão para a política exterior: a *autonomia pela integração*⁴⁰.

Nesse sentido, o paradigma estabelecido pela diplomacia de FHC teve como objetivo inserir o Brasil no sistema internacional globalizado (para acompanhar as transformações mundiais). Segundo os peessedebistas, houve a intenção de realizar essa

⁴⁰ Cabrera, 1995.

integração de forma “autônoma”, buscando valorizar as relações multilaterais e com diversos parceiros.

Essas reflexões, portanto, nos permitem compreender que as reformas ocorridas no âmbito do Estado responderam às necessidades de redefinições de suas funções tendo em vista o ajustamento da economia nacional ao sistema capitalista mundial e ao estímulo a empresa privada.

Nesse capítulo tive o interesse de apresentar algumas reflexões sobre como as interpretações sobre a política, a economia e o Estado foram se constituindo ao longo do processo de edificação da identidade político-ideológica do partido. Nele me dediquei a identificar e construir reflexões sobre os aspectos ideológicos do PSDB tendo como base, sobretudo, o programa político e as produções teóricas dos intelectuais do partido, assim como busquei salientar em que medida os contextos políticos e de efervescência teórica em âmbito mundial influenciaram esse processo de construção da identidade ideológica do PSDB.

É a partir dessas reflexões que busco construir o próximo capítulo, no qual pretendo situar a conjuntura em que o PSDB assumiu a condição de opositor ao governo Lula, bem como o desenrolar desse processo ao longo do primeiro mandato. Tenho, portanto, o interesse de estabelecer uma relação entre o perfil traçado anteriormente e as posturas assumidas pelo referido partido face o governo, assim como pretendo observar a construção de novas estratégias de oposição e traçar paralelos entre essas estratégias e os acontecimentos no cenário político nacional.

CAPÍTULO 3

O PSDB E O GOVERNO LULA

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República foi permeada por simbolismos, expectativas e questionamentos que se assentaram tanto na trajetória política do candidato quanto no fato de o Partido dos Trabalhadores (PT) ter se constituído na maior experiência partidária de esquerda do país.

É relevante observar que a conquista do executivo federal pelo PT é resultado tanto do capital político acumulado no seu processo de institucionalização, como das escolhas feitas no processo eleitoral de 2002.

Do ponto de vista institucional a trajetória do PT apontou ao longo da década de 1990 na direção da estabilização. No seu período de construção, o Partido compreendia haver dois caminhos: um que dificultava a construção alianças, que enfatizava a necessidade de um enfrentamento de classes e a ruptura da institucionalidade vigente, e outro que surgiria as possibilidade de construir alianças com setores do centro político e suavizar o debate de classes, com o passar dos anos, “a segunda concepção ganhou mais espaço em função da maior presença do partido no cenário político do país e da crise mundial do projeto socialista”. (CÉSAR; 2002).

Nesse sentido, buscando credibilizar o partido junto ao eleitorado nas disputas na arena política foi importante que as lideranças petistas, em especial Lula, assumissem um discurso que caracterizasse o PT como confiável e disponível a seguir as regras do jogo político e econômico em voga.

Segundo Diniz (2006), essas opções marcaram as estratégias eleitorais para o pleito presidencial de 2002, afinal nele o PT adotou:

uma postura moderada acenando uma lúcida e ordenada transição para o novo modelo, sem ruptura dos contratos e compromissos internacionais. Importante nesta trajetória foi a busca de confiabilidade junto às instituições financeiras internacionais e, internamente, a conquista da confiança do setor privado. (DINIZ, 2006, p.25)

A aliança com o Partido Liberal (PL) e a decisão por ter José Alencar⁴¹ como vice-presidente na chapa acenava o interesse do PT em diminuir os “tradicionalis índices de rejeição eleitoral que tinha Lula entre os empresários, os donos dos principais meios de comunicação de massa e fiéis das Igrejas evangélicas” (PETIT, 2006, p.183).

A Carta ao Povo Brasileiro, publicada em 22 de junho de 2002, foi um elemento fundamental para dar as garantias de que o PT, caso ganhasse a eleição, viria a cumprir os compromissos exigidos para a estabilidade econômica, responsabilidade fiscal e os contratos com credores internacionais. O documento indicava, portanto, que o provável governo Lula garantiria a inflação sob controle e não revogaria todas as decisões dos governos anteriores amplamente questionadas pelo PT, quando na oposição como as privatizações e acordos com o FMI.

Nessa perspectiva, a composição do primeiro governo Lula foi demonstrativa das opções feitas ainda no processo eleitoral, a saber: o primeiro mandato petista se constituiria sob a égide da conciliação. De um lado Henrique Meirelles⁴², na presidência do Banco Central, e os empresários Luiz Fernando Furlan e Roberto Rodrigues, respectivamente, no Ministério do Desenvolvimento e no Ministério da Agricultura, de outro, militantes históricos da esquerda como Marina Silva, no Ministério do Meio Ambiente, Tarso Genro, no Ministério da Educação, entre outros.

Sobre a conciliação no primeiro Governo Lula, o cientista político Luiz Werneck Vianna afirma:

Com efeito, estão aí, neste governo Lula, guindadas a Ministérios estratégicos, as lideranças das múltiplas frações da burguesia brasileira – a industrial, a comercial, a financeira, a agrária, inclusive os culaques que começaram sua história na pequena e média propriedades, e que, com a cultura da soja, atingiram o reino do grande capital –, lado a lado com o sindicalismo das grandes centrais sindicais e com a representação dos intelectuais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). (VIANNA; 2007, p. 46)

Seguindo essa argumentação o autor qualifica o modo de gestão petista como “Estado de Compromisso”, o qual busca se apresentar “não como o lugar da representação de um interesse em detrimento de outro, mas de todos os interesses”. Essa

⁴¹ Senador, Empresário do setor têxtil, proprietário de 11 fábricas, ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e ex-vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria.

⁴² Ex-presidente mundial do BankBoston e, na época da indicação para o Banco Central, deputado federal eleito pelo PSDB de Goiás.

aspiração do projeto político petista esteve bem explicitada no *slogan* do governo Lula: *Brasil, um país de todos*.

Do ponto de vista partidário essa conciliação também pôde ser percebida na coalizão construída para dar sustentação ao governo. Afinal, essa coalizão foi formada por partidos que iam desde a direita do espectro político como o Partido Progressista (PP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) chegando até as esquerdas com o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT).

Essa conciliação partidária encontrou justificativa na necessidade, em nosso sistema político, de uma maioria parlamentar imprescindível à governabilidade, configurando o chamado “presidencialismo de coalizão”.

Sérgio Abranches (1988), em artigo intitulado “*Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro*”, afirma que o sistema político brasileiro “comporta a singularidade de combinar proporcionalidade, multipartidarismo e “presidencialismo imperial”, além de organizar o executivo tendo como base grandes coalizões, articuladas nos eixos partidário e regional-estadual.

De acordo com Vianna (2005), para implementar seu programa político o governo Lula poderia optar por três estratégias:

(...) 1. estabelecer uma aliança com um partido social e politicamente expressivo em torno de um programa-mínimo comum; 2. governar com forças próprias e aliados seguros à esquerda do espectro partidário em torno de uma agenda factível para essa base parlamentar, negociada ponto a ponto com os demais partidos e suportada, sempre que possível, por movimentos e instituições da sociedade civil; 3. compor uma ampla base parlamentar com um conjunto de partidos de menor densidade política e eleitoral sem prévios compromissos (salvo no caso dos partidos também de esquerda com programa de mudança) (VIANNA, 2005, p. 19).

A partir da coalizão apresentada pode-se perceber que a opção feita pelo governo foi a terceira, ou seja, priorizou as alianças com partidos pequenos, tendo assim, conforme Vianna, que lotear a máquina pública trocando cargos por apoio parlamentar. É importante observar que fazer a opção por essa estratégia, o governo também apontava para a opção de não privilegiar a mobilização da sociedade civil para a realização de sua agenda política.

Mesmo contando com ampla aliança governamental, o governo Lula, por orientação do Ministro Chefe da Casa Civil José Dirceu, manteve o interesse de trazer o

PMDB para a coalizão. Tendo em vista que este seria o maior partido com representatividade no Congresso Nacional, Dirceu considerava que a aliança com os pemedebistas traria mais estabilidade ao governo,

Essas movimentações evidenciam a aspiração do governo Lula em se constituir a partir de uma vasta aliança que conciliasse diversos grupos políticos, presentes nas arenas institucional e não-institucional. Vale ressaltar que essa aliança conciliatória tinha como objetivo maior primar, segundo os petistas, pelos interesses da república, ou seja, “os interesses particulares não deveriam de modo algum se sobressair aos interesses coletivos da nação”.

É evidente que o reconhecimento dessa movimentação em torno da conciliação aponta vastos caminhos para a compreensão do Governo Lula. Entretanto, deve-se observar que a polarização se constitui uma das características importantes da política e desse modo, vale apontar a relevância dos estudos sobre a relação entre os partidos opositores e o governo na reflexão sobre este último.

Desse modo, é sobre esse aspecto que versa este trabalho, dentre as oposições ao governo Lula, me interessa compreender a que foi elaborada e exercida pelo PSDB. Como afirmei anteriormente, a escolha por este partido se deu pelo lugar de destaque que o PSDB ao lado do PT assumiram no campo político brasileiro, se constituindo nos protagonistas das disputas em nível federal.

Nas próximas seções apresento algumas interpretações sobre as estratégias oposicionistas desempenhadas pelo PSDB ao longo do primeiro mandato de Lula.

3.1. A INVERSÃO DE PAPÉIS

A agenda política do primeiro Governo Lula (2003-2006) foi construída, assim como a coalizão que visava sua sustentação, norteadas pela concepção da conciliação de interesses conflitantes. Se por um lado buscava desenvolver políticas redistributivas, que atenuassem o histórico de desigualdades do país, por outro implementava uma política econômica pautada na ortodoxia fiscal e monetária (SALLUM & KUGELMAS; 2006).

Nos primeiros meses de governo, parte dos analistas políticos⁴³ concordava que uma característica notável do governo petista se referia a sua possível continuidade em

⁴³ Oliveira (2006), Sallum & Kugelmas (2006).

relação ao governo do PSDB, sobretudo, pela orientação da política macroeconômica, que continuava a mesma, e a retomada pelo novo governo do programa de reformas estruturais interrompido por Cardoso (SALLUM & KUGELMAS; 2006).

As posturas assumidas pelo governo petista no tocante à gestão da economia e a opção por implementar a agenda de reformas estruturais, base do governo do PSDB, desencadearam um processo de reconfiguração do quadro político. Esse processo envolveu rupturas no interior do PT, devido às divergências em torno da Reforma da Previdência proposta pelo governo⁴⁴, bem como alterações significativas nas ações e retóricas dos partidos então na condição de opositores (PSDB e PFL).

Como foi dito anteriormente, para o PSDB, especialmente, existiram grandes dificuldades de se adaptar ao papel de oposição, tendo em vista que as propostas iniciais do Governo Lula se configuravam num prolongamento das políticas implementadas durante o governo Fernando Henrique (LAMOUNIER, 2005). A esse respeito, parece-me importante salientar que nos casos da Reforma da Previdência, da Reforma Tributária e das Parcerias Público-Privadas, apesar de “endurecer” a discussão, o PSDB não se furtou em aprová-los.

Nesse sentido, a relação governo (PT) e oposição (PSDB) não se constituiu quando do início do governo Lula de modo a ressaltar o antagonismo entre essas forças políticas. Pois essa relação estava baseada, sobretudo, numa dinâmica de convergência, a qual tinha como base os temas da política econômica e da agenda de reformas.

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, em entrevista à *Folha online*, em fevereiro de 2003, quando indagado sobre como deveria ser a oposição desempenhada pelo PSDB ao Governo Lula, afirma:

Ele (o PSDB) não pode ser oposição ao país, como fez o PT, votando até contra as medidas da Previdência e a flexibilização das leis trabalhistas. O que eles fizeram, como oposição ao meu governo, resultou em oposição ao próprio país. O PSDB não deve agir assim. Toda vez que o governo não for numa direção favorável ao Brasil, então o PSDB vai votar contra. Mas eu desejo que o governo Lula vá numa direção favorável ao país. O PT era um partido de ruptura. O PSDB não é um partido de ruptura das instituições e *não deve se pronunciar como uma oposição sistemática ao governo*⁴⁵. (Folha Online, 13/02/2003)

⁴⁴ Esses conflitos culminaram nas expulsões da senadora Heloísa Helena (AL) e dos deputados federais João Batista Oliveira (PA) e Luciana Genro (RS). Estes parlamentares, por sua vez, formaram um novo partido denominado Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) que atualmente faz oposição ao governo Lula.

⁴⁵ Grifo meu.

O divisor de águas, portanto, no distanciamento de governo (PT) e oposição (PSDB), nas palavras de Lamounier, foi a emergência no debate sobre a “ética na política”⁴⁶, o qual se constituiu numa estratégia oposicionista importante desenvolvida pelos pesdebistas.

É a partir desse debate sobre a ética que é alavancada a construção de uma identidade oposicionista mais consistente pelo PSDB, a qual terá como base a construção de estratégias que promovam a desqualificação do governo. Afinal, no campo da política “cada representação busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo. O antagonismo se constrói, e isto é fundamental, pelo esvaziamento do significado do discurso do outro” (PINTO, 1989, p.55).

Essa desqualificação, por sua vez, se construirá em decorrência dos argumentos/denúncias de incoerência, corrupção, autoritarismo e aparelhamento do Estado por parte do governo.

A seguir apresento algumas reflexões sobre como cada uma dessas estratégias de desqualificação foram desenvolvidas pelo PSDB.

DENÚNCIA DA INCOERÊNCIA

O argumento da incoerência é a estratégia que se desenvolve nos primeiros meses de governo. Ela está diretamente relacionada às divergências encontradas entre o discurso dos petistas enquanto eram oposição e suas práticas no executivo federal.

Como os tucanos não podem se opor ao conjunto de reformas e à política econômica que outrora defendiam, a oposição é feita sob a crítica de incoerência do governo petista e de seu líder o presidente Lula.

É importante salientar, que a denúncia da incoerência tem uma relação direta com o argumento da traição, o qual se constituiu num discurso gestado *a priori* no seio das esquerdas e, posteriormente, apropriado pelos pesdebistas.

Em artigo intitulado “*Figurações de um presidente*”, Lemenhe (2006) afirma que os mais importantes construtores da representação “*Lula traidor*” situavam-se no campo das esquerdas, sendo eles: setores do próprio partido do Presidente (PT) – “esquerda do Partido”, PDT, PSTU e líderes de algumas centrais sindicais. Entretanto, a

⁴⁶ Esse debate se deu em decorrência dos sucessivos escândalos de corrupção que permearam o primeiro governo Lula, como o caso Waldomiro Diniz, o caso dos dólares na cueca e o Mensalão.

DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO: “QUEM TE VIU E QUEM TE VÊ...”

Em 2004 começaram as denúncias de corrupção no governo, com o escândalo que apontou o envolvimento do Secretário de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, Waldomiro Diniz, em negociações com contraventores para o financiamento de campanhas eleitorais do PT.

O ministro José Dirceu foi o mais atingido com essa denúncia, pois a oposição não se esquivou em demonstrar o quanto Waldomiro era “homem da absoluta confiança do Ministro”, “absolutamente vinculado à estrutura do PT”.

Waldomiro teria sido flagrado em negociação com representante do crime organizado no ano de 2002. Ele estaria sob suspeição desde 2001, acusado de participar de um esquema de desvio de recursos da verba publicitária da Loterj. Para a oposição isso representava que “alguém sob suspeita de corrupção e de ter negociado com donos de bingos era o principal interlocutor do Poder Executivo no Congresso”. Nesse sentido, a oposição questionava de que modo a denúncia atingia o núcleo da estrutura do Poder no Brasil? Quem seriam os “comparsas” de Waldomiro? A mando de quem ele agia?

Esse caso provocou um grande enfrentamento entre o governo e a oposição (PSDB), sobretudo, no que esteve relacionado à instalação da CPI. Por diversas vezes a oposição afirmou a imperatividade de uma apuração rigorosa, que tivesse em vistas uma preocupação com as possíveis ramificações da atuação de Waldomiro (Folha Online, 23/02/2004). Afinal, era inaceitável que do PT que, durante toda a sua existência, utilizou o instrumento das Comissões Parlamentares de Inquérito como sua principal arma política, se negasse a permitir a instalação da CPI.

Diante do escândalo e da pressão da oposição e da opinião pública, o governo instalou uma sindicância para investigar as ações de Waldomiro. Entretanto, de acordo com a oposição, essa sindicância não teria ouvido pessoas importantes, nem analisado as ligações telefônicas de Waldomiro Diniz.

Essas primeiras movimentações feitas pela oposição apontam o quanto as denúncias de corrupção vão ter lugar de destaque na construção de uma estratégia oposicionista maior que busca a desqualificação do governo Lula. Afinal, nesse contexto o que está em *xequê* é a disputa pelo capital simbólico da categoria da ética na política, antes monopólio dos petistas.

As denúncias apresentadas em 2004 tomarão ainda maiores proporções no ano de 2005. O terceiro ano da gestão petista é marcado pelo escândalo do “Mensalão”⁵¹, do caixa dois e dos “dólares na cueca” que desencadearam uma grande crise política, a qual atingiu nomes importantes do Partido dos Trabalhadores.

Essa crise política foi desencadeada a partir de uma reportagem veiculada na revista *Veja* em que se reproduzia o conteúdo de uma fita que mostrava Maurício Marinho, um funcionário dos Correios, recebendo propina no valor de R\$ 3.000,00 de um empresário interessado em participar de licitação promovida pela estatal. Maurício Marinho afirmava na fita que atuava autorizado pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Tendo como base essa reportagem, a oposição articulou a criação da CPI dos Correios, tendo como foco central das investigações as denúncias acerca de malfeitos praticados por funcionários na Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos.

Como no caso Waldomiro Diniz, o governo tentou até o limite do prazo conseguir que os parlamentares retirassem as assinaturas do requerimento de abertura da CPI. Entretanto, o governo não conseguiu e dos deputados que assinaram o requerimento constava a assinatura de onze deputados petistas, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e de deputados dos demais partidos da base aliada.

Já no contexto da CPI dos Correios, entre dos dias 06 e 12 de junho, o deputado Roberto Jefferson (PTB), numa entrevista concedida à Folha de São Paulo, afirmou que o Governo (PT) realizava pagamentos mensais de R\$ 30 mil para deputados da base aliada, em troca de apoio no Congresso.

Essa denúncia teve repercussões significativas no tocante ao debate sobre a ética na política, a oposição repetiu sistematicamente que era “inimaginável” que a base de sustentação do governo Lula fosse fisiológica, algo tão condenável anteriormente pelos petistas.

Além do “Mensalão”, outro caso provocou embaraço e intensificou os questionamentos acerca da ética petista, a saber: o caso dos dólares na cueca. Esse episódio foi protagonizado por José Adalberto Vieira, na época assessor do deputado

⁵¹ O “mensalão” se refere a uma denúncia de que o PT fazia pagamentos mensais a deputados do PP e do PL em troca do apoio no Congresso. Mais a frente apresentarei melhor o episódio do “mensalão” e de outras denúncias.

estadual José Guimarães (PT-CE). Ele foi preso ao tentar embarcar de São Paulo para Fortaleza com os valores de R\$ 200 mil numa mala e U\$ 100 mil escondidos na cueca.

Na junção de tantos escândalos a oposição chama a gestão de Lula, de “República do Mensalão”, na qual os acordos eleitorais seriam montados à custa de muito dinheiro, de aquisição de apoios Parlamentares através de pagamentos na boca do caixa de bancos, do troca-troca partidário estimulado a partir do Palácio do Planalto, do dinheiro escondido em malas e cuecas e do envio de dólares para o exterior a fim de pagar as contas de Lula e do PT.

Ainda em 2005, mais precisamente em 29 de agosto, foi instalada a CPI dos Bingos, na qual a principal figura foi Antônio Palocci, então Ministro da Fazenda. O tema central de investigação dessa CPI foi a administração de Palocci quando prefeito em Ribeirão Preto. Segundo a oposição, Palocci teria mentido ao dizer que na sua gestão como Prefeito não houve licitação vencida pela empresa Leão & Leão, tendo em vista “derrubar a acusação de que recebia, intermediava e repassava propina de empresários para a caixa do PT”.

Segundo a oposição, em Ribeirão Preto havia “mensalinho”, ou seja, uma distribuição irregular de recursos, cuja origem estava em contratos públicos através dos quais as empresas pagavam propina para serem contratadas. A oposição coloca que em muitas das administrações petistas nas grandes cidades isso aconteceu e que isso caracterizaria, portanto, roubo do dinheiro público com vistas a levar um partido ao poder e mantê-lo lá enquanto fosse possível. Nesse sentido, é afirmado que o esquema montado por Palocci em Ribeirão Preto já era público e notório, e se transferiu para Brasília quando da eleição de Lula. (MENEZES, 2008).

A estratégia oposicionista que se funda na denúncia de corrupção por parte do governo Lula se constituiu na mais consistente dentre as desenvolvidas pelo PSDB. Foi a partir dela que os tucanos puderam encontrar o “caminho da oposição”, e é significativo observar que ela se constrói a partir de uma conjuntura política, que são os sucessivos escândalos de corrupção, os quais praticados pelas lideranças do partido que mais reivindicou o monopólio da ética no campo da política.

Nesse sentido, é interessante observar que as razões da oposição também se constroem em determinados contextos e não somente em relação a uma postura/discurso ideológico mais delimitado. Isso é demonstrativo de uma dimensão mais dinâmica para a construção de uma identidade oposicionista, na qual se deve buscar articular a

ideologia com as estratégias que podem ser desenvolvidas em determinadas conjunturas da disputa política.

Na próxima seção apresento reflexões referentes a terceira estratégia de construção da identidade oposicionista do PSDB, a saber: a crítica ao autoritarismo e ao aparelhamento do Estado.

CRÍTICA AO AUTORITARISMO E AO APARELHAMENTO DO ESTADO

A acusação do autoritarismo petista está presente desde os primeiros meses de governo. Cabe destacar, que segundo setores do próprio PT essa “crítica ao ‘autoritarismo petista’ foi claramente elaborada por FHC pelo menos desde fevereiro de 2004, em entrevista programática concedida ao jornal O Globo” (TEORIA E DEBATE, 2004).

Em fevereiro de 2003, a oposição critica a resposta de Lula a uma entrevista do Ex-presidente Fernando Henrique, afirmando que o Presidente fez um “discurso agressivo, arrogante, e fundamentalista”, e adverte ainda que não se poderia aceitar o pensamento único e a impossibilidade da crítica, como estaria se observando no Brasil de então.

As críticas ao presidente são incisivas e a oposição afirma que Lula precisaria “aprender muito e ter a capacidade de ouvir críticas”⁵². Afinal, sua atitude não contribui para o engrandecimento e o fortalecimento das instituições políticas e democráticas.

Sobre o pronunciamento do Ministro José Dirceu acerca do mesmo assunto, é ressaltada que a “incapacidade de ouvir críticas é componente perigoso de procedimentos antidemocráticos que, em momentos de crise, costumam desembocar no autoritarismo”.

É importante observar que Dirceu é o personagem mais recorrente nas críticas às posturas autoritárias do governo. O senador Artur Virgílio aponta a seguinte crítica, em referência ao não recebimento do senador petista Paulo Paim, por indicação de Dirceu, pelo ministro da Previdência Ricardo Berzoini:

⁵² Neste caso pode-se perceber que a oposição sugere despreparo, falta de experiência do presidente. Aqui é importante colocar a relação entre a capacidade de ouvir críticas e dialogar com a oposição e a competência para governar um país como Brasil. Nesse sentido, aqui a possibilidade de agir democraticamente aparece como elemento importante para a eficiência na gestão pública.

Vejo uma escalada autoritária. Tenho feito alertas e mais alertas a respeito da escalada autoritária que vai tomando conta do cérebro do Dirceu. Figura afável na Câmara, correto, agradável, fraterno, o ministro empalma hoje um somatório de poderes tão enorme, tão majestoso, que tenho a impressão de que ele começa a sofrer distúrbios interiores e psicológicos, a ponto de imaginar que pode dizer ao ministro para não receber o senador. (Folha *On line*, 06/06/2003)

E acrescenta:

Não receber adversário é antidemocrático, injustificável, mas até compreensível. Não receber correligionário não passa pela minha cabeça. E, quando um correligionário é a autoridade de um poder, no caso presidente do Senado, é um ato que merece repulsa, razão pela qual estamos aqui. (Idem)

Outro episódio que, para a oposição, é demonstrativo do autoritarismo petista se refere ao caso da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Este havia testemunhado numa acusação contra Palocci no caso que ficou conhecido como “casa do lobby”, na CPI dos Bingos. Francenildo afirmou que teria visto o então ministro Palocci frequentando a mansão em que ocorriam as reuniões com os lobistas, os quais estavam sendo acusados de interferir em negócios de seu interesse no governo Lula. Nos encontros segundo Francenildo ocorria partilha de dinheiro e festas animadas por garotas de programa.

A quebra de sigilo do caseiro envolveu órgãos do governo como a Caixa Econômica Federal. Segundo foi apurado pela Polícia Federal, o presidente da CEF, Jorge Mattoso, recebeu ordem do ministro, a qual não tinha nenhuma decisão judicial fundamentada, para verificar se havia algo suspeito que pudesse ser usado para desqualificar o depoimento do caseiro. Para a oposição isso representou um surto de autoritarismo e desrespeito às liberdades individuais e aos preceitos democráticos:

[...] tentaram desacreditar Francenildo, com base num extrato bancário conseguido com quebra de sigilo, de forma ilegal, rompendo-se o direito elementar de todo cidadão brasileiro de ter sua vida preservada. O ex-ministro Antonio Palocci usou o aparelho do Estado para intimidar as instituições brasileiras, numa demonstração de desprezo a elas, aos direitos individuais, à liberdade, à democracia, tão arduamente conquistada pelo povo brasileiro⁵³.

⁵³ Disponível em: <

<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=035.4.52.O&nuQuarto=107&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:32&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=28/03/2006&txApelido=LINCOLN%20PORTELA&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso em 13 de novembro de 2008.

A crítica autoritária é colocada pela oposição não somente no campo do discurso dos líderes do governo, mas também como prática do governo como no caso da redução de recursos para a saúde, o que se constituiria num descumprimento da Emenda Constitucional n. 29, que garante a destinação de recursos mínimos para a área de saúde. Para consolidar tal crítica, o PSDB chegou a lançar uma nota denunciando que a retração de investimentos na saúde comprometeria a execução da política de saúde pública.

As denúncias iniciais ocorrem ainda em 2003 e se referem ao tamanho do Estado, mais especificamente, trata-se do número de ministérios. Ao tomar posse uma das primeiras medidas do governo Lula foi a expansão do número de ministérios. Tendo passado de 23 pastas no governo FHC para 35 no governo de Lula, uma ampliação que representava em 66%. De acordo com o pesdebistas, os novos ministérios foram criados para “abrigar” os petistas que saíram derrotados das eleições. Essa acusação não deixa de ser plausível, tendo em vista que a maioria dos cargos criados foi ocupada por petistas.

Nessa perspectiva, outra denúncia recorrente é a de “assalto do Estado”, esta que, segundo a oposição, havia sido apontada por eles desde o primeiro dia do governo quando “quando foi feito o loteamento dos cargos nas empresas estatais e nos setores mais importantes da administração pública”.

Outro ponto polêmico que se refere à partidização do estado se refere ao “uso” que o governo fez da máquina pública nas eleições municipais de 2004. A oposição afirmou, sucessivas vezes, que o governo teria agido deliberadamente “com o objetivo de usar o poder econômico dos recursos do Orçamento da União, das empresas estatais e de todos os instrumentos sob seu controle para influir no processo eleitoral”. Nessa perspectiva, os tucanos denunciam que o País estaria vivendo “o maior aparelhamento da máquina pública de que se tem notícia”.

A relação do governo com os órgãos estatais também reflete as concepções particularistas com que os petistas tratam o estado, ou seja, o PT, “com o controle que teria sobre a Polícia Federal, a Controladoria Geral da União, da Caixa Econômica Federal, da Petrobras, utilizaria estes órgãos com a “finalidade de servir ao partido”.

Um exemplo muito significativo dos prejuízos trazido pelo aparelhamento do estado, segundo a oposição, foi o do “desmonte da Petrobrás”, na qual teriam ocorrido

nomeações para cargos de baixo escalão com base na existência, no currículo, de participação sindical.

São apresentadas, ainda, declarações atribuídas ao Ministro Celso Amorim que evidenciariam como as empresas públicas e postos governamentais estariam se transformando em “ninhos do Partido dos Trabalhadores e de seus aliados”. Celso Amorim também é acusado de “curvar o Itamaraty ao gosto do governo”, engajá-lo na orientação política do governo, o que seria inadmissível. Pois, seria a primeira vez que um Ministro pretendia subordinar a Casa às vontades partidárias e aos desejos do Presidente. Nesse sentido, enfatiza-se que todos os que ingressam na diplomacia são homens de Estado, e devem, portanto, buscar defender os interesses do Estado, não de um governo ou presidente.

A partir dessas acusações a oposição pretende construir uma acusação de que o entendimento do PT era o de que “não havia Estado” ou que este “é o governo e o Presidente”. Com essas proposições a oposição quer deixar clara a disposição petista ao autoritarismo, na qual o Estado e a República não são respeitados. Aponta-se ainda como exemplo a fala de um deputado petista ao afirmar que “os recursos do Tesouro são do governo e não da sociedade”.

Para os tucanos o governo não seguiria a tradição republicana de “tratamento impessoal no Orçamento”, pois estaria aplicando-o no intuito de atender ao desejo dos amigos. Seria, portanto, “um governo pessoal, um governo dos amigos, um governo dos filiados”.

Essa última discussão da crítica ao autoritarismo, em que se reflete sobre o modo como os petistas se relacionam com o Estado, já nos leva à discussão sobre a concepção de Estado, a qual se constitui numa das grandes divergências entre petistas e tucanos.

Como visto anteriormente a concepção de Estado do PSDB está pautada na compreensão da necessidade da reformulação dos serviços e da reforma administrativa, tendo em vista combater o aparelhamento e a privatização deste estado por interesses particulares. Essa concepção encontra suas raízes numa reflexão sobre o patrimonialismo brasileiro e se conjuga com um desejo de garantir a eficiência na gestão da coisa pública.

Sua concepção diverge da apresentada pelo PT nas eleições de 2002, na qual este partido não esconde “a vontade de fortalecer o papel do Estado nos rumos da economia e do conjunto da sociedade brasileira” (PETIT; 2006, p.216).

Entretanto, a oposição tucana não percebe no governo Lula um interesse em fortalecer o papel do Estado, mas sim em fortalecer o “projeto de poder” do PT. Para os tucanos essa percepção se evidencia no modo como os petistas se relacionam com a coisa pública, ou seja, o Estado passa a ser tratado como uma extensão do partido, se configurando inclusive num “cabide de empregos” para o PT e seus aliados.

Aqui faz-se importante salientar que todas as críticas/acusações pesdebistas dirigidas ao modo como o PT se relaciona com o Estado estão amparadas na compreensão que os mesmos construíram sobre o modelo de gestão do Estado, o qual deveria ter um caráter impessoal e que primasse pelos preceitos republicanos.

Nessas estratégias oposicionistas de denúncia pode-se perceber o intuito dos pesdebistas em desconstruir/desqualificar o PT, seu maior rival no campo partidário, e o Governo Lula. Pois afinal, se o PT construiu um capital político afirmando-se detentor da ética na política, a oposição trabalhou insistentemente para a publicização e a investigação das denúncias de corrupção. Se o PT também buscava se distinguir pela marca de um partido democrático, sustentada no fato deste partido comportar internamente significativo número de tendências, no fato de ter eleições prévias de seus candidatos, e até em algumas das suas experiências com governos Executivos municipais e estaduais, como o orçamento participativo, a oposição tentou argumentar e evidenciar que o PT não sabia ouvir críticas, que não cumpria as leis e a Constituição. Além disso, a oposição também tentou construir a imagem do PT como um partido que impõe a sua ideologia à máquina estatal, não respeitando assim os preceitos republicanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se constituíram nos grandes partidos do atual sistema partidário brasileiro, emergente com a redemocratização. Estes partidos apresentaram diferenças desde suas origens, sobretudo, do ponto de vista organizacional, pois o PT se constituiu no primeiro partido de massas da experiência partidária brasileira, enquanto o PSDB surgiu no interior do parlamento configurando-se assim como mais um partido de quadros, o qual contava com a participação de políticos importantes e intelectuais renomados⁵⁴.

Apesar das diferenças, nos primeiros anos da década de 1990, os dois partidos não se configuravam em inimigos no campo político, o que somente aconteceu após a vitória de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, em 1994.

Dessa maneira, pode-se compreender que a chegada do PSDB ao executivo federal se constitui no marco da institucionalização da disputa entre estes partidos, a qual se consolidou nos anos que se seguiram e teve como expoente a polarização entre PT e PSDB nas 4 (quatro) eleições presidenciais posteriores a 1994.

Análises recentes, como as de Nicolau (2004) e Vianna (2006), sobre a política brasileira vêm dando conta do que poderia ser chamada de “primazia do eixo PSDB-PT”, na medida em que estes são os partidos brasileiros em torno dos quais se estrutura a competição política nacional.

Segundo Ricci (2004) é importante observar que temos “uma polarização dominante, ainda que não consolidada, entre PT e PSDB, pois, estes partidos monopolizam a pauta político-partidária e os projetos e estratégias nacionais, ao passo que os outros partidos gravitam ao redor” dessa disputa entre petistas e tucanos e não têm conseguido criar uma agenda alternativa.

Para Nicolau (2004), a sucessão das disputas presidenciais entre estes partidos possibilitou que eles desenvolvessem uma característica que os credenciou a protagonizar esses embates: a “vocação presidencial”, ou seja, a capacidade de “(...) formular propostas para o país, criar redes mais orgânicas com o mundo intelectual e criar processos decisórios mais centralizados no plano nacional.” (NICOLAU: 2004, p. 6).

⁵⁴ Dentre os intelectuais destaco Luis Carlos Bresser-Pereira, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier, entre outros.

Em síntese, o autor afirma:

A observação das últimas eleições presidenciais revela uma disputa entre duas grandes coalizões, capitaneadas pelo PSDB e pelo PT. O PT e o PSDB foram os únicos entre os grandes partidos que disputaram todas as eleições presidenciais com candidaturas próprias. Essa participação contribuiu para a organização e a nacionalização eleitoral de ambos. É importante lembrar ainda que em cada eleição presidencial os partidos que concorrem mobilizam seus técnicos para a elaboração de um programa de governo, tarefa que acaba contribuindo para que o partido seja obrigado a apresentar uma convergência mínima em termos programáticos. Certamente o PT e o PSDB acabaram se beneficiando da dinâmica da competição presidencial, tornando-se os mais programáticos entre os maiores partidos brasileiros. (NICOLAU, 2004, p. 4)

Nessa perspectiva, apresenta-se a importância da dinâmica da disputa presidencial para a consolidação de PT e PSDB, no campo político brasileiro.

Melo (2002), em artigo intitulado “*Presidencialismo e estabilização do Sistema Partidário Brasileiro*”, reflete acerca dos impactos que a dinâmica presidencial apresenta sobre o sistema partidário. O autor afirma que este impacto está, sobretudo, relacionado com o fato de serem as eleições presidenciais “momentos por excelência” de afirmação das legendas. Desse modo, os partidos que obtiverem bom desempenho nestes pleitos ganham força e espaço relativamente aos que não logram sucesso.

Ricci (2004) salienta que a disputa entre PT e PSDB tem impacto no processo de consolidação do sistema político-partidário brasileiro, para o autor, mesmo quando não consolidado, um sistema partidário polarizado gera dois movimentos na dinâmica política que se contradizem:

Um primeiro é o de conflito aberto. Há uma tendência declarada em busca de maior identidade com o eleitorado e desqualificação do adversário direto. E um segundo movimento de aproximação programática. (...) Como a disputa passa a ser muito acirrada e o campo de competição se estreita em dois partidos, o risco de perda de um para o outro é muito alto. (...) Como o risco é alto, os dois partidos tendem a se arriscar menos, o que significa inovar menos (...) (RICCI, 2004)

Esses movimentos de divergência e aproximação entre PT e PSDB puderam ser claramente verificados com a vitória de Lula para a Presidência da República.

Essa dinâmica foi possível em decorrência das opções petistas tanto para a construção da coalizão que sustentaria o governo, quanto para a orientação de determinadas políticas como a política econômica e a agenda de reformas do Estado. Afinal, o governo buscou se constituir baseado na conciliação entre diversos

(divergentes) segmentos sociais e assumiu parte da agenda programática do governo anterior (FHC).

Em decorrência desta última opção, Vianna (2006) fala de uma convergência “em matéria substantiva” dos rivais PT e PSDB, “tal como indicado nas votações estratégicas das reformas da Previdência, do Judiciário e Tributária, e na aprovação da lei das parcerias público-privadas” (2005, p. 21). Essa é uma observação que traz consigo vastas interrogações como, por exemplo: como se dará a relação entre estes partidos, no contexto do governo Lula? Optando o PSDB por ser oposição ao governo como se dará essa movimentação, tendo em vista que o governo (seu maior rival) assumiu parte de seu programa político?

Sobre essas questões, pôde-se observar que apesar das convergências, a trajetória no campo político e o reconhecimento mútuo de rivalidade entre PT e PSDB, influenciaram sobremaneira para que eles continuassem em lados opostos, o que de certo modo também foi alimentado pelas divergências em outros temas da política.

A oposição desempenhada pelo PSDB na primeira gestão do presidente Lula esteve orientada por uma estratégia maior de desqualificação do PT e, por conseguinte, do governo, incluindo também os aliados históricos. Para tanto, foram desenvolvidas algumas estratégias auxiliares que se apresentaram desse modo: denúncias de incoerência, corrupção, autoritarismo e aparelhamento do Estado por parte do governo

Nesse sentido, pôde-se observar que as estratégias estiveram vinculadas, sobretudo, ao âmbito da disputa política e das estratégias para reassumir o poder. Ou seja, a maioria das estratégias se constituiu mais em decorrência das conjunturas políticas do que propriamente de uma divergência programática entre a oposição e o governo.

Essa constatação se apresenta fascinante na medida em que abre um outro universo possível de pesquisa sobre este tema, como por exemplo: reconhecida a convergência, mesmo que parcialmente, entre PT e PSDB pode-se indagar, quais seriam as motivações para tal movimento? Seriam os motivos meramente conjunturais ou haverá possibilidade de uma aproximação ideológica entre esses grupos? Uma reflexão pautada nas trajetórias partidárias e nas experiências governativas de ambos na política brasileira contemporânea poderá apontar pistas relevantes sobre esse novo problema.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio H. Hudson de. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
- AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. Fundação Konrad Adenauer e Editora Unesp, 2007.
- BARREIRA, Irllys A. F. Um operário presidente? Ideologia e condição de classe no contexto de campanhas eleitorais. In: HEREDIA, Beatriz M. A., TEIXEIRA, Carla Costa, BARREIRA, Irllys A. F. (Orgs.) **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p 157 a 187.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1995.
- _____. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. **Dicionário de política**. 12 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. vol. 1. 666p.
- _____. **Dicionário de política**. 12 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. vol. 2. 633p.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. (1997), "Por um partido democrático de esquerda e contemporâneo". **Lua Nova**, vol. 39, 53-71.
- CABRERA, José Roberto. **Os Caminhos da Rosa** - um estudo sobre a social-democracia no Brasil. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A Arte da Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. Desafios da Social-Democracia na América Latina. **Revista Novos Estudos**. São Paulo, nº 28, 29-49, outubro de 1990.

- CHAUI, Marilena; STEDILE, João Pedro; BOFF, Leonardo; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; GUIMARÃES, Juarez (entrevistador). **Leituras da crise – Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. **RV: a contemporaneidade possível base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- DINIZ, Eli. Empresário, Estado e Democracia: uma avaliação dos dois primeiros anos do governo Lula. In: DIAS, Marcia R.; PÉREZ, José Manuel S. (Orgs.). **Antes do Vendaval: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- HIPPOLITO, Lucia. **Por dentro do governo Lula: Anotações num diário de bordo**. 2 ed. São Paulo: Futura, 2005.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Além do fato: A polarização entre PT e PSDB**. Disponível em: <http://arquivoetc.blogspot.com/2005/12/alm-do-fato-polarizao-pt-e-psdb-bolvar.html>. Acesso em: 07/09/2008.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora, Um enredo de conflitos em três atos: o PSDB e as eleições presidenciais. In: HEREDIA, Beatriz M. A., TEIXEIRA, Carla Costa, BARREIRA, Irllys A. F. (Orgs.) **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p 189 a 216.
- _____. Figurações de um presidente: Lula traidor, companheiro e populista. In: MIRANDA, Júlia, PORDEUS, Ismael, LAPLANTINE, François. (Orgs.) **Imaginários sociais em movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais**. Campinas: Pontes, 2006. p. 57 a 70.
- MELO, Carlos Ranulfo. Presidencialismo e relativa Estabilização do Sistema Partidário brasileiro. In: **Terceiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política**, 2002, Niterói. Democracia & Justiça Social - Programa do 3º Encontro da ABCP, 2002. v. 1. p. 39-39.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido (1979 – 1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- _____. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985 – 1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NICOLAU, Jairo. Polarização entre o PT e o PSDB?. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 60, p. 4-8, 2004.
- PETIT, Pere. A esquerda petista, os intelectuais e o governo Lula. In: **Antes do Vendaval** :um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- _____. **A esperança equilibrista**: a trajetória do PT no Pará. São Paulo: Boitempo, 1996.
- PINTO, Céli Regina. A sociedade e seus discursos. In: _____. **Com a palavra o senhor Presidente José Sarney**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 51-52 e 55.
- RICCI, Rudá. **Polarização Partidária**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/041/41ricci.htm>. Acesso em: 10/09/2008.
- ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, vol. 17, nº. 49, 71-92, junho de 2002.
- _____. "Política de alianças e desempenho eleitoral: as estratégias de competição do PSDB". **XXIV Encontro Anual da ANPOCS**, Petrópolis, outubro de 2000.
- SALLUM, Brasília & KUGELMAS, Eduardo. Governo Lula. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv276.htm>. Acesso em 15/09/2008.
- _____. **Labirintos**: Dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Ed. UnB, Brasília, 1982.
- SILVA Jr., Eduardo H. da Costa e. **De Lula-lá a Lula-light**: mudanças do discurso petista nas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.
- SOUZA, Lincoln Moraes de. **Crônica de um partido não anunciado**: programa e governos do PT 1979/2000. Tese de Doutorado, Unicamp, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda brasileira e tradição republicana**: Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

_____. A crise republicana e o estado de exceção. **Ciência Hoje**, out. 2005, n.220, p. 18-23.

_____. O Estado Novo do PT. **Política Democrática-Revista de Política e Cultura**, Brasília, jul. 2007, n. 18, p. 45-53.